



Universidade do Minho
Instituto de Educação

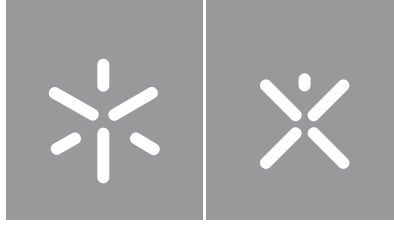
Daniela Gonçalves Lima **A família e a homoparentalidade - Um estudo de caso**

Daniela Gonçalves Lima

**A família e a homoparentalidade -
Um estudo de caso**

UMinho | 2024

fevereiro de 2024



Universidade do Minho

Instituto de Educação

Daniela Gonçalves Lima

**A família e a homoparentalidade -
Um estudo de caso**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Estudos da Criança Área de
Especialização em Intervenção Psicossocial com
Crianças e Famílias

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Doutora Ana Maria Tomás de
Almeida**
e do
Professor Doutor João Alves Neto

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual
CC BY-NC-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Finalizada esta caminhada, não podia deixar de agradecer a quem, direta ou indiretamente, tornou possível a conclusão de mais uma etapa pessoal e profissional.

Agradeço à Professora Dr.^a Ana Maria Tomás de Almeida por toda a disponibilidade e sabedoria transmitida e em especial pelas palavras de incentivo e motivação nos momentos em que as incertezas eram muitas. Ao professor Dr. João Alves Neto, pelos contributos e conhecimentos que se demonstraram fulcrais.

À minha família, mãe Natália e pai Abel e irmão Gabriel por sempre me incentivarem a continuar e a dar sempre o melhor de mim em tudo o que me comprometo, um obrigada não chega por tudo o que sempre fizeram por mim.

Agradecer ao Ruben, pelo companheirismo, amor e dedicação ao longo destes anos e por nunca me deixar desistir. Sem ti não teria sido possível!

Não posso deixar de agradecer aos/às colegas de turma pela amizade, disponibilidade e entreaajuda. Foram um contributo essencial nestes anos de aprendizagem.

Agradecer às minhas amigadas mais próximas por estarem do meu lado em todos os momentos.

Por fim, um agradecimento especial à família que aceitou participar no meu estudo e tornou tudo isto possível. Um enorme obrigada!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A Família e a Homoparentalidade – Um estudo de caso

Resumo

A homoparentalidade é uma tipologia familiar recentemente reconhecida, do ponto de vista legislativo, em Portugal. Não obstante o casamento entre pessoas do mesmo sexo ser permitido por lei desde 2010, a adoção por casais do mesmo sexo apenas se tornou possível em 2016 na aprovação da lei n.º 2/2016 de 29 de fevereiro (2016) que precedeu à eliminação das discriminações no acesso à adoção. Também na procriação medicamente assistida, apenas no mesmo ano, com a aprovação da Lei n.º 17/2016 de 20 de junho, foi possível que mulheres, independentemente do estado civil e orientação sexual, tivessem acesso às técnicas de PMA. Sob a perspetiva da investigação, o presente estudo realiza uma aproximação conceptual e metodológica a esta realidade psicossocial. Concretamente, o presente estudo tem como objetivos gerais ter uma visão da perceção, sentimentos e estratégias empregues pela família na construção da sua parentalidade e aprofundar a dimensão conjugal, familiar e diádica relacional com os filhos. A opção metodológica para a investigação recorre ao estudo de caso e, através do mesmo, conhecer e compreender as ideias e conceções da família acerca da sua parentalidade e do contexto para o seu exercício, bem como a perceção da possível estigmatização da homoparentalidade. No desenvolvimento do estudo procedeu-se à realização de uma entrevista semiestruturada online com um casal composto por duas mulheres, com uma filha de 5 anos e um filho de 8 anos. Dos temas explorados destacam-se as perceções relativas à homoparentalidade, a adoção e PMA, a gestão da coparentalidade, dinâmicas familiares, educação e as relações com a família e comunidade. Os resultados da investigação refletem de forma positiva a inexistência, na perceção da família, de diferenças significativas quando comparadas com famílias compostas por pessoas do mesmo sexo. É possível constatar a importância atribuída à comunicação na relação afetiva e familiar e a preocupação de contribuir para um desenvolvimento saudável das crianças, com o investimento na educação. O discurso do casal permite inferir que a família possui uma boa convivência com a comunidade envolvente e escolar, assim como, no que concerne às crianças, não observam qualquer situação de discriminação ou estigma face à tipologia familiar. Em síntese, a parentalidade conjuga-se nas funções parentais e num quotidiano familiar em que o género assume a sua diversidade.

Palavras-chave: Família, homoparentalidade; vivências familiares;

The family and same-sex parenting

Abstract

Homoparenting is a family type that has only recently been legislatively recognized in Portugal. Although same-sex marriage has been permitted by law since 2010, adoption by same-sex couples only became possible in 2016 with the approval of Law n° 2/2016 of February 29th (2016), which preceded the elimination of discrimination in access to adoption. In medically assisted procreation, it was only in the same year, with the passing of Law n°17/2016 of June 20th, that women, regardless of marital status and sexual orientation, were able to access PMA techniques. From a research perspective, this study takes a conceptual and methodological approach to this psychosocial reality. Specifically, the general aims of this study are to gain an insight into the perception, feelings and strategies employed by the family in the construction of their parenthood and to delve deeper into the conjugal, family and dyadic dimension of the relationship with their children. The methodological option for the research is to use a case study to get to know and understand the family's ideas and conceptions about parenthood and the context in which it takes place, as well as their perception of the possible stigmatization of homoparenthood. The study involved an online semi-structured interview with a couple made up of two women, with a 5-year-old daughter and an 8-year-old son. The topics explored included perceptions of homoparenting, adoption and PMA, managing co-parenting, family dynamics, education and relations with the family and community. The results of the research reflect positively that there are no significant differences in the perception of the family when compared to same-sex families. It is possible to see the importance attributed to communication in affective and family relationships and the concern to contribute to the healthy development of children by investing in education. The couple's discourse allows us to infer that the family has a good relationship with the surrounding community and the school, and, as far as the children are concerned, they don't see any discrimination or stigma in relation to their family type. To sum up, parenthood is combined with parental roles and a daily family life in which gender takes on its diversity.

Keywords: Family; family experiences; same-sex parenting.

Índice

Introdução	11
1. Enquadramento teórico-conceptual	14
1.1. Relações Familiares.....	14
1.2. Parentalidade e Homoparentalidade	17
1.3. Heteronormatividade	22
1.4. Evolução Legislativa.....	23
2. Direito à família	25
2.1. Procriação Medicamente Assistida	25
2.2. Adoção.....	26
3. Metodologia de investigação	28
3.1. Objetivos Gerais	28
3.2. Objetivos específicos	28
3.3. Metodologia de investigação – Estudo de caso.....	28
3.4. Participantes	29
3.5. Procedimento.....	29
3.6. Instrumento de recolha de dados – Entrevista semiestruturada	30
3.7. Tratamento e análise de dados	31
4. Resultados	34
4.1. A Família Homoparental	34
4.2. Coparentalidade e Parentalidade	35
4.3. Rede de Apoio Social.....	37
5. Discussão de resultados	39
6. Conclusão	47
7. Referências bibliográficas	49
8. Anexos	54

Lista de Quadros

Quadro nº1 Tema: A família homoparental, categorias e subcategorias

Quadro nº2 Tema: Coparentalidade e parentalidade, categorias e subcategorias

Quadro nº3 Tema: A rede de apoio social, categorias e subcategorias

Lista de Siglas

PMA - Procriação medicamente assistida

ILGA - Associação ILGA Portugal – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo

CNA - Conselho Nacional para a Adoção

FFMS - Fundação Francisco Manuel dos Santos (Pordata)

LGBTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero e Intersexo

LGBTQI+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, queer, intersexo e mais

“Qualquer maneira de amor vale a pena

Qualquer maneira de amor vale amar

Qualquer maneira de amor vale o canto

Qualquer maneira me vale cantar

Qualquer maneira de amor vale aquela

Qualquer maneira de amor valerá”

- Milton Nascimento

Introdução

Conhecer um pouco melhor a homossexualidade e a homoparentalidade passa por compreender a extensão da sua existência. Ainda que o enfoque nas diferentes orientações sexuais tenha aumentado nos últimos anos, assim como os estudos associados ao tema, há ainda uma necessidade de compreender de forma mais objetiva o fenómeno.

A homossexualidade é um fenómeno que não se restringe a uma determinada comunidade, cultura ou época. Como referido por Bimbi (2020) “Além de ter existido sempre, em todas as épocas, ela existiu e existe em todas as culturas, em todos os continentes, em civilizações que não tiveram qualquer comunicação entre si.” (op. cit., p.286)

Bimbi (2020) traz-nos a realidade que deveria ser o suficiente para compreendermos a homossexualidade e aquilo que é ser homossexual. Para muitos/as considerado uma “modernice” a homossexualidade não é algo do século XXI, embora apenas nos últimos anos a evolução sociocultural tenha permitido uma sociedade mais igualitária.

Ainda que comparativamente a anos anteriores se tenha verificado uma evolução notória dos direitos das pessoas homossexuais, é necessário ainda um trabalho exaustivo para serem atingidos todos os direitos fundamentais que há muito se encontram em discussão.

Por forma a compreender como é ser uma família homoparental atualmente é fundamental debruçarmo-nos, ainda que brevemente, sobre os passos e evoluções alcançados ao longo dos anos e conseqüentemente compreender que mudanças são ainda necessárias para que as famílias homoparentais e demais pessoas LGBTI não se sintam limitadas e, mais importante ainda, se sintam livres para expressar da forma que bem entenderam a sua liberdade.

O reconhecimento da identidade é também iludido por representações sociais marcadas por expressões que a tornam passíveis de uma escolha ou opção individual. Para Bimbi (2020), embora sejam vulgares as referências à homossexualidade como uma “escolha” ou “opção sexual”, “qualquer pessoa – seja gay, hétero ou bissexual – sabe que não teve escolha” (op. cit., p. 33).

Diariamente, seja na vida quotidiana, no trabalho ou em família, muitas são as opiniões que surgem quando o tema é a homossexualidade, maiores ainda se tornam essas opiniões quando o tema são famílias homoparentais. Como referido por Zhang, et al. (2023), ainda que as atitudes

face às famílias de minorias sexuais, como as famílias homoparentais, tenham melhorado recentemente, a parentalidade destas famílias é ainda um tema controverso.

A perspetiva que casais homoparentais não deveriam ter crianças ou não são dotados das competências parentais necessárias para tal responsabilidade são os argumentos mais recorrentes, como mais adiante iremos abordar.

Neste sentido, compreender e conhecer as famílias homoparentais, conhecer as suas perspetivas na primeira pessoa é reforçar os contributos que a investigação pode dar para a mudança social. A mudança, neste caso, representa uma sociedade mais inclusiva para todas as diferentes tipologias familiares.

Partir de testemunhos de famílias homoparentais permite uma análise próxima da realidade e analisar as experiências vividas na primeira pessoa de uma família homoparental constitui-se como um ponto fulcral para o debate e consciencialização para os diversos tipos familiares, permitindo que sejam desmistificados.

Neste cenário, o objetivo do estudo é descrever os processos de construção de vida de uma família homoparental com filhos/as, as suas interações, dinâmicas intrafamiliares e com a sociedade.

Para contextualizar o objetivo da investigação, o presente estudo encontra-se organizado em seis capítulos. Primeiramente é analisado o enquadramento teórico-conceptual do tema, revisando conceitos alusivos à investigação. Inicialmente é analisada a evolução das relações familiares, com foco das famílias LGBT e a sua resiliência familiar. Ainda no mesmo capítulo são abordados os conceitos de parentalidade e homoparentalidade, que assumem um ponto de destaque para a investigação. Por fim, neste capítulo é feita uma análise dos temas da heteronormatividade e da evolução legislativa com foco nas leis que abrangem a homossexualidade e as famílias homoparentais. No segundo capítulo são abordados os conceitos de adoção e procriação medicamente assistida, processos presentes na investigação.

No terceiro capítulo é referida a metodologia de investigação, os objetivos, participantes e procedimentos. Ainda neste capítulo é analisado o instrumento de recolha de dados e metodologia de tratamento e análise que melhor se enquadra com a investigação.

No capítulo quatro são apresentados os resultados obtidos pela investigação, organizados por temas: (i) homoparental; (ii) coparentalidade e parentalidade; e (iii) rede de apoio social.

Nos últimos capítulos é elaborada a discussão dos resultados, revisando ao pormenor cada uma das categorias e subcategorias provenientes da metodologia de tratamento e análise de dados e, por fim, apresenta-se a conclusão pontuando as principais questões levantadas na discussão assim como as dificuldades sentidas na condução do estudo.

“O nosso objetivo é caminhar no sentido da mudança, para que ao falamos de homoparentalidade possamos estar só a falar de parentalidade.” (Ferreira, 2006, p.66)

1. Enquadramento teórico-conceptual

1.1. Relações Familiares

Considerado como um fenómeno comum, a evolução do conceito de família e consequentes transformações foram impulsionadas por novos valores e diferentes dinâmicas familiares que, com o tempo, se traduziram na alteração do modelo tradicional de família (Dias, 2011).

“As fotografias antigas mostravam um casal sentado ao centro e rodeado de filhos, todos muito sérios. Hoje, não só as fotos adquiriram colorido. A família também. As imagens atuais estampam manifestações de afeto e sorrisos de felicidade.” (Dias, 2010, p.1).

Para compreender as diferentes tipologias familiares é essencial a análise dos diferentes processos de transformações que este conceito sofreu ao longo dos anos. Dentro dos diferentes modelos familiares, existe algo em comum “um conjunto de pessoas consideradas como unidade social, como um todo sistémico onde se estabelecem relações entre os seus membros e o meio exterior” (Dias, 2011, p.141).

A desconstrução do conceito de família vem sendo analisada por diversos autores e autoras, cada pessoa com a sua visão sobre os aspetos considerados essenciais para categorizar o conceito de família. Assistimos com o passar dos anos a diversas evoluções. Como refere Dias (2011) foram os fatores económicos, políticos, sociais, culturais, demográficos e tecnológicos que contribuíram de forma decisiva para as alterações na estrutura e dinâmica familiar (op. cit., p. 142).

Gato (2014) considera que a família tradicional era caracterizada pela primazia dos interesses pessoais e, aliado a isso, o casamento era considerado como um contrato económico, no entanto, face às progressivas mudanças sentidas no final do século XIX, a família tradicional começou a dar lugar à família moderna. Diferente da família tradicional vigorante até esse momento, a família moderna caracterizava-se por priorizar as vertentes da autodeterminação e realização pessoal. Citando o autor, “a sentimentalização das relações conjugais e familiares diz respeito à valorização das escolhas afetivas dos indivíduos, passando a família moderna a ser um espaço de intimidade e afeto, fundados por pessoas que escolheram estar juntas” (op.cit., p. 24).

Singly (2011, in Gato 2014) considera terem existido dois momentos no processo de modernização da família. Inicialmente, desde o século XIX até aos anos 60, a família era cenário da divisão dos papéis, sendo a mulher encarregue da gestão do afeto e o homem responsável pela economia da casa, a criança ocupava já um lugar de destaque na família. No entanto, no que

concerne à divisão de responsabilidades e papéis, o género (na altura assumidamente ligado ao sexo) imperava na atribuição das diferenças associadas ao sexo masculino e feminino. O segundo momento, referenciado pela segunda modernização, reflete uma família que valoriza a dimensão afetiva, bem-estar pessoal e igualdade entre os sexos. “Trata-se de uma relação baseada na comunicação emocional (em que as recompensas derivadas dessa comunicação são a principal base para que essa relação continue) e na igualdade (em que cada parte tem iguais direitos e deveres)” (Giddens 2001; 2005, in Gato 2014, p. 26). Relacionando os novos padrões relacionais da segunda modernidade apontada por Giddens (2001), o investigador português reflete acerca do conceito da “relação pura” considerando as pessoas não heterossexuais como pioneiras nesse conceito, não sendo influenciadas pelo condicionamento das questões de género.

Embora a mudança da tipologia familiar tenha sofrido obstáculos sérios, atualmente as novas formas de família são entendidas não como desestruturadas, mas com potencial de desenvolvimento (Alarcão, 2000). Também na linha do conceito de resiliência se salienta que a diferenciação pode suscitar a necessidade de crescimento, tanto pessoal, como familiar, dando azo e reforçando processos de colaboração (Walsh, 1996).

El concepto de resiliencia familiar amplía nuestra comprensión del buen funcionamiento de la familia en situaciones de adversidad. Aunque algunas familias son sacudidas por crisis continuas o estrés crónico, lo notable es que muchas otras emergen de ellas con más fortaleza y mayores recursos. (Walsh, 2003, p.1)

O olhar sobre a família e, essencialmente, as novas formas de família onde se situam as famílias homoparentais ou homoafetivas, beneficiou bastante com a perspetiva da resiliência familiar. Toma em linha de conta que a diferenciação psicossocial e o processo demorado de reconhecimento, primeiro, pessoal e, em segundo lugar, familiar vai exigir a capacidade do ser humano se revigorar e recuperar das adversidades ultrapassadas. Os estudos elaborados neste campo de investigação colocam o foco no potencial e nas forças dos membros da família e da família como um todo, o que é mais do que a soma das suas partes (Alarcão, 2000). Na medida em que as famílias homoparentais ainda são obrigadas a ultrapassar várias barreiras legislativas e sociais podemos considerar que, quando confrontadas com a necessidade de fazer face às dificuldades, as estratégias de resiliência são postas à prova.

Na análise de Yunes (2003), a autora esclarece que, inicialmente, o fio condutor que levou ao estudo da resiliência deu grande ênfase aos termos de invencibilidade ou invulnerabilidade, frequentemente referidos na literatura do final do século XX. As definições destes conceitos referiam que, independente das circunstâncias, as crianças saíam totalmente imunes à desordem. As características ou atributos pessoais são apontados como fatores de proteção importantes ao desenvolvimento da resiliência. Por exemplo, Rutter (1985, 1993, in Yunes 2003) refere-se à invulnerabilidade como a capacidade de resistir ao stress de forma intocável. No entanto, e como analisado por Yunes (2003), as investigações mais recentes sobre o tema concluem que a capacidade de resistir ao stress não é uma característica intrínseca do indivíduo, mas sim, uma junção de características e circunstâncias. A invulnerabilidade tem como significado a capacidade do ser humano não ser afetado de forma alguma, pelo contrário, a resiliência traduz-se na capacidade de superação, no entanto, não descarta a possibilidade de afetar o indivíduo nem é o oposto de vulnerabilidade.

Nos primeiros estudos elaborados acerca deste conceito, a resiliência era vista como uma característica inata, em que a criança sujeita ao stress não seria afetada, no entanto, com a evolução da investigação, centrada em situações de grandes dificuldades como a pobreza, a exclusão social e a doença, reconheceu-se que a resiliência advém de uma combinação de fatores de risco e proteção com impacto no funcionamento adaptativo. Para Walsh (2012) “a resiliência envolve a interação dinâmica de múltiplos riscos e processos de proteção ao longo do tempo, com influências individuais, interpessoais, socioeconômicas e culturais” (op. cit., p. 400).

Poderemos questionar-nos então o que significa ser resiliente? Porém, mais importante ainda é perguntar: “Como é que, em situações de risco iminente, alguns indivíduos conseguem desenvolver-se “normalmente”? Porque é que uns são afetados e outros não? O que é que os protege? Que mecanismos estão envolvidos nestas diferenças desenvolvimentais?” (Martins, 2014, p. 8).

Retomando o foco na resiliência familiar, Martins (2014) cruzou os estudos dos autores Walsh e Rutter e concluiu que ambos partilhavam a ideia de que a resiliência se constrói através de redes de relação e experiências:

Rede de relações e de experiências vividas ao longo do ciclo vital e através das gerações, capacitando a família para reagir de forma positiva às situações potencialmente

provocadoras de crises, superando essas dificuldades e promovendo a sua adaptação de maneira produtiva para o seu próprio bem-estar. (p.9)

Jones e Schoon (2008, in Martins, 2014) referem que as situações de stress que afetam o equilíbrio familiar são consideradas como uma oportunidade de promoção e capacitação do desenvolvimento e adaptação familiar. Mais do que ter a capacidade de enfrentar situações causadoras de stress ou de grande impacto negativo, a resiliência familiar implica o poder de transformação e crescimento pessoal, possível de ser alcançado a partir dessa dificuldade (Walsh, 2003). Esta perspetiva otimista de Walsh é uma constante do seu pensamento “(...) uma crise pode ser um toque de campainha, dando mais atenção ao que realmente importa. Pode ser uma oportunidade para reavaliar prioridades, para se envolver mais em relacionamentos significativos e objetivos de vida” (p. 4).

O estudo da resiliência familiar, ainda mais quando relacionado com famílias homoparentais, é de carácter essencial. No entender de Battelen et al. (2019) as famílias com pais e mães de minorias sexuais, como as famílias homoparentais são especialmente vulneráveis à discriminação implícita e explícita. A capacidade parental das famílias homoparentais, face a estudo já desenvolvidos, é com frequência posta em causa; e, por diversas vezes, comparada a forma de educar destas famílias com outros grupos familiares. No entanto, e face à resiliência das famílias homoparentais, estudos demonstram resultados favoráveis para crianças criadas por pais e mães de minorias sexuais, realçando que as crianças são bem sucessivas e preparadas para lidar com as dificuldades (Oakley et al. 2017, in Battelen et al., 2019).

1.2. Parentalidade e Homoparentalidade

O estudo da parentalidade tem demonstrando ao longo dos anos uma enorme importância para o impacto no desenvolvimento da criança. Num estudo a ser desenvolvido há mais de 75 anos, foram consideradas por vários/as investigadores e investigadoras diferentes estratégias de estudo, centradas nas práticas, dimensões e estilos parentais (Kuppens & Ceulemans, 2018).

Kuppens e Ceulemans (2018) defendem a existência de duas grandes dimensões utilizadas para estudar a parentalidade, uma voltada para a natureza afetiva na relação entre os/as filhos e filhas e os/as pais e/ou mães, refletindo acerca de pontos como o envolvimento, aceitação e disponibilidade emocional e a outra referida pelas autoras como controlo parental que congrega o

autocontrole psicológico e o comportamental. Ambas as dimensões, geridas de forma adequada, evidenciam resultados positivos no desenvolvimento das crianças.

O conceito de maternidade e paternidade implica o paradigma que diferencia biologicamente o homem e a mulher no comportamento parental, distinguindo a maternidade e a paternidade por papéis sociais associados ao sexo biológico. Nessa mesma linha de pensamento é comum a ligação da maternidade com funções de cuidado e afeto à criança e a paternidade como a figura que aplica as leis (Gato & Fontaine, 2011). Esta ideia de maternidade e paternidade e os papéis associados ao género é uma constante no discurso que reivindica a necessidade da criança se desenvolver com a presença de um pai e uma mãe como única forma possível de desenvolvimento saudável e correto da criança.

No sentido de acompanhar a evolução dos diferentes tipos de configurações familiares, torna-se fundamental a construção de conhecimento em diferentes formas de vivenciar a parentalidade atual, mais concretamente o estudo voltado para a monoparentalidade, pluriparentalidade e a homoparentalidade (Rodriguez & Gomes, 2012).

“As famílias formadas por pessoas não heterossexuais fazem hoje parte de uma paisagem social que inclui diversos modos de relação afetiva. Que paisagem é esta e que mudanças sociais abriram caminho para a legitimação da homoparentalidade como configuração familiar?” (Gato, 2014, p. 23).

O termo homoparentalidade, criado em França em 1997, caracteriza-se por famílias compostas por pessoas do mesmo sexo e que se definem como homossexuais. Segundo Pontes et al. (2017) o termo criado pela associação de pais e futuros pais gays e lésbicas é considerado controverso. Por um lado, vemos representadas diversas famílias homoparentais, no entanto, reforça o binarismo de homossexual e heterossexual. Contextualizar e questionar a noção de homossexualidade é extremamente importante para que possamos refletir sobre as homoparentalidades e as resistências que encontram.

Embora, com o passar do tempo se tenham desenvolvido novas formas de pensamento, a homoparentalidade representava algo “antinatural” uma vez que desafia a definição convencional de família como um elemento natural de homem e mulher e os/as seus filhos e/ou filhas biológicos. A parentalidade é delimitada como a consequência “natural” da “biologia” (Donovan, 2000 in Clarke, 2001).

Rodriguez e Gomes (2012) reforçam que a dificuldade de aceitar novos modelos familiares, como é o caso da homoparentalidade é ainda muito afetado pela ideia de família tradicional, “a construção de outros modelos de família, como a homoparental, por se colocar como minoria, agrega questões e dúvidas envolvendo a própria noção de ser família e daquilo que necessita uma criança, dentro desse grupo” (Dubreuil, 1998, in Rodriguez & Gomes, 2012, p.30).

Também Clarke (2001) reflete acerca da mesma problemática e, no entender da autora, muitas pessoas mantêm a crença na família tradicional, ligada ao casamento e heterossexualidade e consideram as pessoas homossexuais como inaptas para a parentalidade.

Gato (2014) destaca a importância das transformações ocorridas após os anos 60, no decorrer da segunda modernidade, para a legitimação da homoparentalidade, destacando a importância das lutas feministas:

Questionando as desigualdades de gênero, a realidade biológica do instinto maternal e lutando pela simetria de papéis a nível profissional, conjugal e parental, algumas correntes teóricas do feminismo contribuíram para a desacreditação da complementaridade entre os dois sexos como base fundacional da família moderna. (p. 37)

Também a evolução tanto dos métodos contraceptivos, como da procriação medicamente assistida contribuíram para desconceituar a ligação entre sexualidade e procriação. Segundo Gato (2014), a procriação medicamente assistida e a possibilidade de gravidez sem a existência de relação sexual aproximaram comparativamente a sexualidade entre pessoas heterossexuais e homossexuais, uma vez a relação sexual entre pessoas de sexo diferente deixou de ter um fim unicamente de procriação.

Deixando a procriação de estar necessariamente relacionada com a heterossexualidade e passando o afeto a ser considerado um princípio fundador da família, algumas pessoas homossexuais começaram também a pensar as suas relações afetivas em termos de casamento ou parentalidade. (pp. 27-28)

Quando refletimos sobre a parentalidade e o direito à família, não são levantadas questões nem julgamento são proferidos sobre esse direito quando se trata de casais heterossexuais,

comparativamente, quando um casal homossexual pretende ter esse mesmo direito de constituição de uma família, rapidamente se levantam questões e preconceitos discriminatórios (Viana et al., 2022).

A reflexão sobre o pensamento anterior surge quando falamos sobre parentalidade na perspectiva da população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersex, Agêneros, Assexuados e mais), já que as palavras colocadas acima (questionamento, julgamento e legitimidade) sempre se colocam como linha da frente por esta população se configurar fora do padrão familiar (Viana et al., 2022, p.5).

Como ponto de partida para as questões apontadas às famílias homoparentais estão a necessidade de a criança crescer sob a influência de um pai e de uma mãe, pensamento recorrente e consequência do estereótipo do papel dos pais e mães, “maternidade e a paternidade corresponderiam assim a papéis sociais distintos, vinculados de forma irrevogável ao sexo biológico do progenitor.” (Gato e Fontaine, 2011, p. 84).

Se compararmos o número de estudos desenvolvidos em famílias monoparentais e heteroparentais, comparativamente aos estudos desenvolvidos com famílias homoparentais, verificamos que existe claramente um preconceito e uma maior necessidade de comprovar as capacidades parentais de famílias homoparentais (Ferreira, 2006).

Com base em estudos já realizados, Gato e Fontaine (2011) concluem que, de uma forma geral, existem mais semelhanças do que diferenças quando comparado o comportamento parental entre pessoas homossexuais e heterossexuais. Quando surgem problemas, são as famílias homoparentais que mais facilmente os conseguem superar, principalmente quando estão relacionadas com domínios como a gestão doméstica, relação conjugal e parentalidade.

Diante disso, infere-se certa facilidade na compreensão de que os papéis no exercício da homoparentalidade adotiva vão para além da definição do que há de ser feito pelo homem (papel paterno) e da mulher (papel materno), e indo mais além, sobre estes papéis. (Viana et al., 2022, p. 13)

Baseado em estudos já desenvolvidos, Ferreira (2006) reconhece, não só, o não relacionamento entre orientação sexual e competências parentais, assim como refere que as conclusões desses

mesmo estudos não identificarem diferenças no que concerne ao desenvolvimento psicossocial das crianças.

Costa et al. (2012) constata que os resultados obtidos de estudos comparativos e transversais refletem a não existência de diferenças consideráveis, reforçando ainda que os estudos longitudinais contribuem para a expansão do conhecimento acerca das famílias homoparentais.

Após análise de vários estudos focados na identidade sexual, desenvolvimento pessoal, relações sociais com os pares e adultos e risco de abuso sexual, Pontes et al. (2017) referem que nenhum destes estudos evidencia diferenças significativas relativamente aos quatro tópicos mencionados entre crianças criadas em famílias hétero e homossexuais.

Todos os estudos e investigações focadas nesta temática são de uma grande importância para a normatividade e aceitação dos valores e capacidades parentais das famílias homoparentais (Pontes et al., 2017).

(...) Para a entidade família, o que conta é a organização psíquica dos que cuidam da criança, ou seja, o fundamental para o desenvolvimento da criança é a possibilidade desta manter relações saudáveis com seus responsáveis e irmãos, e que permitam o desenvolvimento dos indivíduos que formam a família. (Uziel, 2002, in Rodriguez & Paiva, 2009, p.19)

A família homoparental, não sendo uma novidade, é uma configuração familiar que vêm ganhando visibilidade social, como analisado por Roudinesco (2003, in Blankenheim et al., 2018), com a reivindicação do direito a serem pais e mães, as famílias homoparentais têm alcançado espaço entre as famílias heteroparentais, não causando o declínio da família tradicional, mas configurando-se e organizando-se “de uma maneira diferente e nova, horizontal e em rede (...) como é o caso da família homoparental, também se garante a reprodução de gerações, a partir das possibilidades de adoção e das novas tecnologias reprodutivas” (p.244).

Ainda que os estudos existentes clarifiquem e desmistifiquem as famílias homoparentais, é notório que existe um enviesamento, uma vez que, “(...) a maior parte dos estudos realizados ainda se centram nos possíveis efeitos negativos nas crianças das famílias homoparentais, e não nos possíveis efeitos positivos.” (Ferreira, 2006, p.64).

1.3. Heteronormatividade

Quando falamos em casais que não são compostos por um homem e uma mulher, tipologia dominante na heteronormatividade, experienciamos uma série de preconceitos e crenças. A heteronormatividade reproduz o pensamento que a heterossexualidade é considerada como a sexualidade superior, assim como as pessoas cisgênero, levando muitas vezes a situações de preconceito relacionado não só com a orientação sexual, mas também com a identidade de gênero, tal como analisado por Toorn et al. (2020) conduzindo ao surgimento de comportamentos de difamação e estigmatização das pessoas queer e não binárias.

Ao refletir sobre a heteronormatividade, o primeiro pensamento que surge é relacionado com as relações conjugais e casamento heterossexual, mas como descrevem Toorn et al. (2020), a heteronormatividade é um conceito presente de uma forma mais profunda na sociedade. Com efeito, “a heteronormatividade não existe apenas nas mentes coletivas das pessoas, mas também está enraizado no próprio tecido das nossas instituições sociais, legais, económicas, políticas, educacionais e religiosas” (p. 161).

O estudo acima citado (Toon et al., 2020) descreve a ideologia heteronormativa como a ideia de que o homem e a mulher representam sexos opostos e nascem com papéis associados, assim como lhes é imposto esses papéis, também lhes é inculcido ao longo da vida a heterossexualidade. Realçando que a heteronormatividade também se caracteriza no facto de associarmos a identidade de gênero ao sexo e à sexualidade, devendo nessa mesma ideologia as pessoas sentir-se atraídas e atraídas apenas pelo sexo aposto (Toorn et al., 2020).

Warner (1991, in Gato et al., 2020) refere-se à heteronormatividade como o reforço, por parte das instituições e políticas sociais de crenças e práticas que privilegiam a heterossexualidade. Por sua vez, Miskolci (2009) caracteriza-a como os comportamentos sociais que pressupõem a realidade heterossexual, conceito esse que abrange as atitudes, crenças e processos sociais onde a heterossexualidade é considerada como a base para as interações sociais. No mesmo sentido, Rosa (2020) reforça esse conceito referindo-o como um termo para:

a marginalização, perseguição, repressão e conformação por práticas sociais, crenças ou políticas que se referem especificamente à sexualidade e ao gênero dos indivíduos, tratando a heterossexualidade como uma prática intrínseca e natural ao ser humano e

qualquer desvio como antinatural e passível de perseguição, correção e destruição. (pp. 63-64)

1.4. Evolução Legislativa

Até ao momento que nos encontramos atualmente, foram necessários vários anos de alterações à lei, inicialmente com a descriminalização da homossexualidade em Portugal em 1982, constante no Decreto-Lei n.º 400/82 (1982).

Mais tarde, no ano 2001, era permitido aos casais homossexuais viverem em união de facto e a declaração tributária comum, segundo a Lei n.º 7/2001 (2001). Entre o ano de 2007 e o ano de 2010, o tema continuou a estar no centro de debate e no decorrer desses anos foram criadas medidas de proteção à homossexualidade, em matéria de discriminação e no meio laboral (Gouveia e Moser, 2019).

Com a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2010, observamos a alteração ao paradigma familiar, com a aprovação da Lei n.º 9/2010 (2010), tendo até 2022 já se registado em Portugal mais de 5 mil casamentos entre pessoas do mesmo sexo (FFMS, 2022). No entanto, é de sublinhar que esta lei apenas veio aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ficando ainda impedidas de adotar, tal como consta da alínea 1 e 2 do artigo 3 da referida Lei (2010).

Na constituição portuguesa é exposto no n.º 1 do artigo 36º referente à família, casamento e filiação o direito à constituição de família, referindo “Todos têm o direito de constituir família e de contrair casamento em condições de plena igualdade.” (Artigo 36º, n.º 1 da Lei Constitucional n.º 1/2005).

Com vista a proteger as crianças de situações de vulnerabilidade, foi aprovado o Projeto de lei n.º 278/XII que permitiu a coadoção da criança pela ou pelo cônjuge, ou por uma pessoa em união de facto. Ainda que a possibilidade de adoção conjunta se mantivesse vedada aos casais homossexuais, o projeto referido previa acautelar situações que deixassem a criança desprotegida. “Do que se trata, com este projeto de lei, é de prevenir um colapso injusto, emocionalmente irreparável e insustentável do ponto de vista do superior interesse da criança. Do que se trata é de dar solução – insiste-se – a casos reais já consumados.” (Projeto de lei n.º 278/XII, 2012).

Apenas mais tarde, no ano de 2016 surge a Lei n.º 2/2016 (2016), que veio eliminar as discriminações no acesso à adoção, possibilitando assim aos casais homossexuais a oportunidade de adotar. Sendo considerado um marco no que respeita à evolução dos direitos das pessoas homossexuais, havia ainda muito a fazer no sentido de diminuir a discriminação a esta tipologia familiar.

As alterações constantes na lei permitiram a abertura do debate acerca das dificuldades sentidas pelos casais em questão, contribuindo para uma maior preocupação no sentido de suprimir as arduidades. “O exercício da homoparentalidade é afetado pela ausência de redes sociais de apoio, disponíveis a essas famílias, tanto familiares como da sociedade, resultante do preconceito e desconhecimento” (Tarnovski, 2004, in Rodriguez & Gomes, 2012, p. 33).

Questões que permitem analisar historicamente o progresso, mais concretamente, as alterações da lei portuguesa, são pontos-chave no que toca a verificar a evolução sentida nos últimos anos.

Com base em pesquisas já realizadas na área de estudo, as conclusões retiradas convergem todas na mesma conclusão, de uma forma geral, a homossexualidade e a adoção por casais homossexuais é vista como uma situação que tende para a normatividade, no entanto, existe ainda quem discorde, apontando como problema o desenvolvimento saudável da criança e a incapacidade de um casal do mesmo sexo educar uma criança. “(...) uma das grandes barreiras identificadas por pais lésbicas e gays no processo de adoção foi o confronto com crenças e atitudes negativas sobre suas habilidades parentais.” (Brooks & Goldberg, 2001, in Gato et al. 2020, p. 2).

Baseado no estudo comparativo “Rainbow Europe”, uma ferramenta utilizada para realizar um benchmarking anual para a ILGA Europa, Portugal encontra-se em 4º lugar dos países europeus, colocando-nos no topo superior dos países mais preocupados com as políticas familiares e direitos das pessoas LGBTQI+ (esQrever, 2023).

2. Direito à família

2.1. Procriação Medicamente Assistida

A infertilidade caracterizada pela ausência de gravidez decorridos 12 meses de sucessivas tentativas de reprodução abrange de forma crescente vários casais em idade reprodutiva. Esta progressiva diminuição da capacidade reprodutiva da mulher vem sendo apoiada pelos avanços das intervenções terapêuticas como a procriação mediamente assistida (PMA) (Barros, 2017).

A PMA representa um conjunto de técnicas que possibilitam a gravidez a casais heterossexuais que sofrem de infertilidade e a mulheres, solteiras ou casais. Nunes (2022, p. 1210) caracteriza a PMA como um “conjunto de métodos destinados à formação de um embrião humano não derivados de ato sexual”. A lei 32/2006 de 26 de julho (2006) regulamenta a PMA e descreve as várias técnicas associadas, a inseminação artificial, fertilização in vitro, injeção intracitoplasmática de espermatozoides; transferência de embriões, gâmetas ou zigotos e diagnóstico genético pré-implantação.

Com o passar dos anos existiram sucessivas alterações à lei, nomeadamente no que concerne à responsabilidade das pessoas que exercem os procedimentos, a possibilidade da inseminação com sémen após a morte do dador e a alteração do regime jurídico da gestação de substituição, com a lei nº 90/2021, de 16 de dezembro (2021), sendo essa a versão mais recente do diploma.

Quando aprovada a lei 32/2006 de 26 de julho (2006), foi definido no artigo 6, nº1 as pessoas que poderiam recorrer às técnicas de PMA:

as pessoas casadas que não se encontrem separadas judicialmente de pessoas e bens ou separadas de facto, ou as que, sendo de sexo diferente, vivam em condições análogas às dos cônjuges há pelo menos dois anos podem recorrer a técnicas de PMA. (D.R. 32/2006, p. 5245)

Neste sentido a PMA não representava um direito de todas as pessoas, uma vez que seria condição obrigatórias os casais serem casados ou em condições análogas, excluindo por isso mulheres solteiras ou casais de mulheres.

Com a legalização do casamento homossexual foram ainda várias as lacunas para que o direito à família fosse de possível acesso a todos e todas. “Esta modificação marcou uma inconformidade,

não facilmente resolúvel, entre a finalidade do casamento de “constituição de família” e a vontade dos casais do mesmo sexo de terem filhos.” (Guimarães, 2017 p.143).

Com base no que foi analisado por Guimarães (2017) as regras que se aplicavam à possibilidade de recorrer à PMA relacionavam-se com a infertilidade ou por forma a evitar a transmissão de doenças transmissíveis. Estes impedimentos constituíam-se como entraves aos casais homossexuais que, por questões biológicas, não poderiam conceber uma criança de uma outra forma. “Por outras palavras, a lei da procriação medicamente assistida, através da delimitação do seu âmbito de aplicação, manteve o referencial heterossexual e da descendência ligada ao casamento ou à união de facto, assente em um modelo familiar tradicional biparental.” (Guimarães, 2017 p.143).

A abertura do acesso às técnicas de PMA a casais homossexuais e mulheres, independentemente do estado civil tornou-se possível com a aprovação da Lei n.º 17/2016, de 20 de junho. É importante referir que a lei determina que apenas é possível recorrer à PMA casais que tenham recebido o diagnóstico de infertilidade ou em situações de tratamento, ou risco de transmissão de doenças graves, além de todas as mulheres, independentemente de sofrerem ou não de infertilidade (Nunes, 2022).

2.2. Adoção

Assim como o casamento, o direito a constituir família pertence a todas as pessoas, sem distinção da orientação sexual. Tal perspetiva vem sendo desmistificada com o passar dos anos e com a alteração das representações sociais. Como referido por Sá (2004, in Dourado & Zandonadi, 2018) as representações sociais são determinadas por pensamentos gerais e socialmente conhecidos. Quando algo novo acontece na sociedade, como o caso da adoção por casais do mesmo sexo, inicia-se um processo de conhecimento do novo fenómeno, anteriormente desconhecido para a generalidade das pessoas (Dourado & Zandonadi, 2018). Com o empoderamento das famílias constituídas por casais do mesmo sexo e conseqüentemente com a abertura para a análise dessas mesmas famílias e conhecimento das suas realidades, a adoção por parte de casais do mesmo sexo vem sendo cada vez mais aceite e normalizado na sociedade.

Na perspetiva de Costa (2011, in Dourado & Zandonadi, 2018) o passar dos anos alargou o conceito de família, possibilitando a compreensão de que o direito à felicidade e o direito à família são direitos pertencentes a todas as pessoas. Reforçando que o mais que realmente importa é o vínculo afetivo.

Inicialmente, e face à conjuntura vivida na época, a adoção tinha como objetivo a constituição de família por casais que, por motivos alheios às suas vontades, não tinham a possibilidade de gerar um filho ou uma filha biologicamente. Parte integrante das visões do patriarcado, a constituição de família e descendência no casamento constituía-se como marco sagrado para a sociedade. No entanto, e face às alterações ao conceito familiar, a adoção moldou-se às novas perspetivas que atualmente direcionam as atenções para o superior interesse da criança como parte fundamental no processo de adoção.

Em entrevista para o Jornal de Notícias em março de 2023 (Machado, 2023), a presidente da ILGA assinala positivamente os últimos 7 anos da alteração da lei que permitiu a adoção a casais homossexuais, no entanto, reforça a necessidade de existir maior informação relativamente às adoções homoparentais. “Notamos que há uma transparência maior nos dados, é positivo, e apelamos a que eles sejam ainda mais detalhados, especificamente no que toca aos processos de adoção e coadoção”. Tal afirmação evidencia a necessidade de elaborar relatórios que permitam uma melhor análise evolutiva da adoção em Portugal, permitindo a comparação e compreensão das alterações desde a Lei de 2016. A lacuna apontada na notícia configura-se na impossibilidade de contabilizar, através dos dados disponíveis pela Segurança Social e nos relatórios do CNA - mais concretamente do relatório anual de atividades do Conselho Nacional para a Adoção entre 2017 e 2021 - o número exato de crianças adotadas por casais homossexuais. No entanto, através desses mesmo relatórios é possível concluir que existiram dentro desse período um total de 28 casais que concluíram o processo de adoção.

Com base no relatório CNA 2021, 162 crianças integraram famílias no ano de 2021, de destacar que 84 % das candidaturas que integraram crianças, 5% corresponde a casais do mesmo sexo, que representam o total de 7 candidaturas, 4 residentes em Portugal e 3 no estrangeiro, originárias maioritariamente do sexo masculino (CNA, 2021).

3. Metodologia de investigação

3.1. Objetivos Gerais

A presente investigação tem como objetivo geral ter uma visão da perceção, dos sentimentos e das estratégias empregues pela família na construção da sua parentalidade, a partir do questionamento do casal acerca do relacionamento conjugal, da relação mãe/mães-criança e da relação da família com a família extensa e a comunidade. A investigação procura também compreender a opinião da família acerca das representações sociais e possível estigmatização da homoparentalidade.

3.2. Objetivos específicos

Especificamente, no presente estudo, visam-se responder aos objetivos abaixo discriminados:

- Conhecer o ponto de vista do casal relativamente às questões colocadas por atitudes de discriminação, preconceito e estigma contra a homoparentalidade;
- Conhecer o processo de adoção/procriação/gestação de substituição;
- Identificar os processos de envolvimento na comunidade;
- Analisar a dinâmica familiar, as redes de apoio e os pontos fortes da família;
- Conhecer a integração da família e das crianças na comunidade escolar.

3.3. Metodologia de investigação – Estudo de caso

Considerando o contexto que incide a investigação, a abordagem metodológica de estudo de caso traduz-se no método de análise que melhor compreenderá os pontos a analisar. Com o objetivo de compreender e obter conhecimento, o estudo de caso possibilita o estudo aprofundado de um fenómeno centrando-se num determinado caso específico (Ventura, 2007).

Representado uma investigação empírica, a utilização deste método possibilita diversas abordagens distintas, além de ser possível o estudo de um único caso, esta metodologia permite o estudo de múltiplos casos, assim como comporta a abordagem de estudos quantitativos e qualitativos (Yin 2001, in Ventura, 2007).

Yin (2001, in Delgado, 2019) caracteriza o estudo de caso como uma estratégia abrangente e Delgado (2019, p.82) analisa a visão apresentada por Pardal e Lopes (2011), referindo que a

metodologia apresentada representa “um modo de análise intensiva de uma situação particular”, que permite “a recolha de informação diversificada a respeito da situação em análise, viabilizando o seu conhecimento e caracterização”.

Delgado (2019) conclui que a metodologia de estudo de caso “traduz-se numa análise exaustiva de um contexto social, num período de tempo delimitado e num contexto sociocultural e geográfico também definido pelo contexto da investigação.” (p. 82).

Motivada pelo interesse de abordar em profundidade as representações e dinâmicas familiares, o estudo de caso respeita diferentes realidades, pelo que optamos por esta metodologia. Inicialmente planeávamos a possibilidade de um estudo multi-caso, no entanto, e face às dificuldades encontradas que comentaremos mais adiante, o estudo de caso realizado centrou-se unicamente numa realidade familiar.

3.4. Participantes

Embora o objetivo do estudo passasse por compreender e conhecer diferentes realidades familiares, o foco da investigação centrou-se numa família constituída por um casal lésbico, um filho que integrou a família por meio de um processo de adoção e uma filha nascida via procriação medicamente assistida.

Destaca-se que este estudo não supõe a participação de crianças. O conhecimento das variáveis associadas com as vivências do filho e filha será produzido de forma indireta, pois solicitar-se-á a descrição por parte das responsáveis.

Participaram do estudo um casal composto por duas mulheres, um elemento do casal com 46 anos e o outro com 36. Ambas professoras, sendo uma professora do 1º ciclo e a outra instrumentista musical que acumula com funções docentes. A família reside na região norte de Portugal com a sua filha de 5 anos e o filho de 8 anos.

3.5. Procedimento

À família participante foram disponibilizadas informações referentes ao estudo, como os objetivos e principais temas a abordar e ainda todos os documentos que salvaguardam a proteção de dados, confidencialidade e declaração de consentimento informado, nomeadamente a informação relativa à conformidade e aprovação do estudo pela subcomissão de ética – Identificação do documento: CEICSH 061/2023.

Sendo do conhecimento da família todo o procedimento a ser implementado e após aceitação por parte da mesma com a assinatura do consentimento informado, procedeu-se à marcação da entrevista a ser realizada via zoom.

A entrevista realizou-se de forma online e síncrona, por meio de uma plataforma de reuniões, possibilitando não só o cumprimento com o previsto (confidencialidade e proteção de dados) mas também possibilitou conforto à família, sendo possível realizar a entrevista sem sair de casa. Por questão de confidencialidade de imagem, a família foi instruída a manter as câmaras desligadas durante a entrevista por forma a garantir a total confidencialidade e anonimato.

A realização da entrevista à distância engloba vantagens para a família e para a investigação, no entanto, é importante destacar que pelo facto de a entrevista se realizar com as câmaras desligadas impossibilita a análise da linguagem não verbal da família, apenas sugeridos pela entoação do discurso verbal.

O áudio da entrevista foi gravado para transcrição dos dados recolhidos, informação referida no folheto informativo. No decorrer do processo de transcrição de dados, os áudios foram armazenados e o acesso apenas possível à investigadora, orientadora e orientador da investigação. Os áudios da entrevista foram apenas mantidos em arquivo durante o processo de transcrição dos dados da entrevista, tendo sido destruídos após finalização da transcrição.

3.6. Instrumento de recolha de dados – Entrevista semiestruturada

Baseado na metodologia de investigação programada, é necessário que o instrumento utilizado na recolha de dados seja adequado para o efeito. Com a intenção de abordar as questões necessárias à investigação, permitindo ainda à família a possibilidade de se expressar livremente no decorrer da entrevista, a utilização da entrevista semiestruturada como instrumento de análise mostrou-se como o mais indicado, uma vez que compreende uma composição prévia de um roteiro, com tópicos gerais a ser abordados (Alves & Silva, 1992).

Compostas por questões relacionadas com o assunto/temas a ser estudado, as entrevistas semiestruturadas permitem não só a resposta àquilo que se pretende analisar, como também uma análise mais próxima da posição da pessoa entrevistada relativamente ao seu ponto de vista. “(...) a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenómenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.” (Triviños, 1977, p.152, in Manzini, 2013, p.2).

A prévia elaboração de um guião de entrevista viabiliza a fluidez da entrevista, as questões previstas são direcionadas ao objetivo do estudo, com a particularidade de permitir uma abertura para a colocação de questões que possam surgir no decorrer da entrevista (Manzini, 2013).

O guião de entrevista foi estruturado num total de 33 questões organizadas em sete temas: dados sociodemográficos, identificação da família, o tema da adoção/PMA/gestação de substituição, o tema da envôlvência da família/inclusão na comunidade, o tema da dinâmica familiar com os/as filhos e/ou filhas, o tema das redes de apoio da família e a comunidade escolar:

- Dados sociodemográficos: Identificação individual do casal e das crianças;
- Identificação da família: Caracterização do casal e família;
- Adoção/Procriação/Gestação de substituição: Desejo de se tornarem mães/pais, procedimentos, apoios institucionais/ familiares, receios, perceções da família e amigos/as, adaptação ao papel parental e principais conselhos;
- Envôlvência/Inclusão na comunidade: Avaliação do envolvimento na comunidade/dificuldades sentidas e perceções sobre o facto de serem uma família homoparental;
- Dinâmica familiar com os/as filhos e/ou filhas: Divisão das responsabilidades parentais, competências parentais, proteção das crianças, comparação das dinâmicas familiares e pontos fortes enquanto casal e família;
- Redes de apoio da família: Principais apoios, pessoas a quem podem recorrer;
- Comunidade escolar: Avaliação da relação da família/crianças com os/as professores e restantes pais e mães, perceção acerca da integração dos/as filhos e/ou filhas na escola/jardim de infância, possível condicionamento das crianças por pertencerem a uma família homoparental.

3.7. Tratamento e análise de dados

Na sequência da transcrição da entrevista realizada a 24 de novembro de 2022, procedemos à análise de conteúdo, técnica proposta por Bardin (1977). A análise de conteúdo visa a sistematização dos dados recolhidos em temas e, subsequentemente, a sua organização em subtemas.

Numa primeira fase, como anteriormente referido, foi realizada a transcrição do áudio recolhido no decorrer da entrevista realizada através da plataforma zoom e posteriormente analisada a

informação por questão colocada. O facto de a entrevista ser semiestruturada permite uma melhor associação de temas uma vez que decorreu num determinado seguimento esquemático.

Bardin (1977) organiza a análise de conteúdo em três passos essenciais, conhecidos por pré-análise; exploração do material e, por último, o tratamento dos resultados. Seguindo as orientações técnicas, procedemos em primeiro lugar, na pré-análise, à recolha e segmentação do corpus do texto, procurando identificar as ideias correspondentes aos objetivos da investigação. Compreendendo a importância de partir do conteúdo das respostas, guiámo-nos, nesta etapa da leitura e análise, pelos artigos e estudos previamente realizados sobre o tema, o que permitiu recolher as ideias constantes no discurso e anotar os significados associados às ideias expressas. Ainda, com base na transcrição da entrevista, procedemos em seguida à exploração da informação transcrita a fim de determinar a unidade de registo que mais e melhor condensa significados e expressões pessoais. No contexto da nossa entrevista, as unidades de registo que se comprovaram como mais adequadas foram (1) a frase e (2) algumas palavras-chave proferidas no contexto de frases que, embora isoladas, permitiram imediatamente estabelecer uma correspondência aos diferentes temas identificados na literatura e na pré-análise. Nesta fase de exploração do texto da entrevista, a lista de temas e subtemas procurou designar todos os significados sugeridos pela leitura do texto.

Finalmente, esta etapa da análise compreendeu a organização destes temas e subtemas num sistema de categorias e subcategorias.

No seu conjunto, as categorias e subcategorias utilizadas na análise de conteúdo relacionam-se com as questões inscritas na entrevista e, indiretamente, com os principais objetivos da investigação.

Nas tabelas apresentadas a seguir é possível relacionar os três grandes temas identificados, a saber: a família homoparental; parentalidade e coparentalidade e a rede de apoio social. Cada um destes três temas segmenta-se, por sua vez, no conjunto de categorias e subcategorias.

Quadro nº1 Tema: A família homoparental, categorias e subcategorias

Tema: A família homoparental	
Categorias	Subcategorias

<i>Perceções sociais da homoparentalidade</i>	Diversidade familiar
	Discriminação/Estigma
	Aceitação
	Revelação da orientação de género
	Sentimentos: medo, insegurança e ansiedade
<i>Processos filiativos</i>	Expressão do desejo/ Satisfação necessidade
	Adoção
	Procriação medicamente assistida

Quadro nº2 Tema: Coparentalidade e parentalidade, categorias e subcategorias

Tema: Coparentalidade e parentalidade	
Categorias	Subcategorias
<i>Coparentalidade</i>	Conjugalidade
	Vínculo emocional
	Comunicação
	Desafios da Parentalidade
	Gestão das responsabilidades parentais
<i>Educação e socialização</i>	Vinculação com a criança
	Atividades em família
	Valorização da criança

Quadro nº3 Tema: A rede de apoio social, categorias e subcategorias

Tema: A rede de apoio social	
Categorias	Subcategorias
<i>Relação com a família extensa</i>	Apoios informais
<i>Relação com a comunidade</i>	Relação e participação na escola
	Sentimento de pertença
	Apoio dos serviços e profissionais

4. Resultados

Neste capítulo serão analisados os dados recolhidos da entrevista com a família. A informação recolhida e categorizada, será analisada por categoria, respetivas subcategorias e unidades de significado.

Os resultados a seguir apresentados partem da estruturação da análise de conteúdo da entrevista e da organização dos temas no sistema de categorias e subcategorias. A este propósito, importa sublinhar que dada a organização dos temas responder aos objetivos da investigação e estar associada às questões colocadas na entrevista, espera-se que os resultados possam cobrir e contribuir para uma maior compreensão dos temas determinantes para o objeto de estudo.

Nesse sentido, as categorias e subcategorias pretendem recolher informações de três temas considerados pontos-chave da investigação:

1º A família homoparental e os processos filiativos: direitos à família e estigma versus aceitação social;

2º Parentalidade, coparentalidade, educação e dinâmicas familiares

3º A relação com a família extensa e redes de apoios;

No total serão analisadas 3 macro categorias, que designamos por: (1) A família homoparental; (2) Coparentalidade e parentalidade; (3) Rede de apoio social. Estas categorias subentendem a existência de subcategorias que estão intimamente associados a cada uma delas e permitem especificar a realidade do quotidiano e as representações da família acerca da mesma.

4.1. A Família Homoparental

O tema da família homoparental compreende as referências relacionadas com as representações sociais. Genericamente, este tema engloba os significados construídos socialmente sobre a homoparentalidade, no qual se misturam características neutras ou viés positivo que distinguem esta tipologia de famílias sem conotação negativa, por exemplo:

Diversidade familiar: *“Há pessoas que se conhecem há muito tempo, depois há outras que também vieram para cá recentemente. A única diferença é apenas essa questão que nem tem nada a ver com a questão da Homoparentalidade”; “É uma família normal, os nossos filhos sabem e sabem que eles têm duas mães, às vezes perguntam de que barriga que nasceram e pronto, mas nota-se que é só por curiosidade. Somos uma família, eu considero uma família normal.”*

Revelação da orientação de género: *“Acho que é importante, porque nós quando crescemos eramos as únicas, não havia ninguém. Com certeza que havia, mas estavam no armário, nem pensar em falar-se no assunto e aliás nos que crescemos em zonas mais interior, não foi fácil.”; “A relação nunca mais foi a mesma, eu costumo dizer que tinha uma relação antes do assumir e depois do assumir, sinto que é mais distante mais fria, mas tentamos levar um dia de cada vez.”*

Aceitação: *“Somos uma família, com uma vida bastante social bastante ativa e participativa, portanto todos os nossos familiares e amigos sabem da nossa situação.”*

Tais características contrastam com discriminação, estigma e os sentimentos negativos de medo, insegurança e ansiedade, como descrito nas seguintes transcrições da entrevista com a família: *“É sempre as coisas correrem mal, é o receio de qualquer pessoa, que as coisas corram mal. Que a gravidez não seja levada até ao fim, aliás foi uma gravidez difícil.”; “Penso que são aqueles receios normais será que vão sofrer algum estigma, bullying, mas até agora tem corrido tudo lindamente não há qualquer tipo de problema.”*

O tema da família homoparental inclui ainda a referência aos processos filiativos que reúnem aspetos psicossociais ligados ao direito à parentalidade, desde os individuais como expressão do desejo/satisfação da necessidade aos legislativos, nomeadamente, a adoção e a procriação medicamente assistida, elencadas no quadro 1 e observadas nas seguintes transcrições: *“Sim nos queríamos as duas ter filhos. Bom a M queria adotar - Sim, eu nunca pensei ter filhos biológicos, sempre pensei em adotar e, portanto, iniciei um processo de adoção - E eu sempre quis ter biológico, portanto, foi um de cada.”; “A adoção demorou muito tempo, 6 anos e meio, sim 6 anos até vir o nosso filho.” “No caso da procriação medicamente assistida também foi uma questão de muita sorte. Nós tivemos de ir a Espanha, Vigo, porque em Portugal mais uma vez nem mulheres solteiras nem casais. Começámos o processo em Vigo, eu engravidei e pouco depois começou a ser possível em Portugal o casal e mulheres solteiras ou sozinhas e, entretanto, quando a nossa filha nasceu já foi registada em nome das duas.”*

4.2. Coparentalidade e Parentalidade

O quadro nº 2 compreende a resenha das categorias e subcategorias que levantam toda uma panóplia de questões relativas à parentalidade, às funções parentais e familiares e a sua importância no bem-estar e desenvolvimento da criança.

A família como contexto de vínculos, afetos e responsabilidades que emergem e são constitutivos dos vários subsistemas conjugal, parental e fraternal é tema da coparentalidade e parentalidade. Na categoria da coparentalidade incluem-se as subcategorias que respeitam às relações do casal,

ao vínculo e comunicação entre o casal, aos desafios vividos em comum, e à gestão das responsabilidades que não se esgotam na divisão das tarefas, mas que se redefine no envolvimento e sentido de proteção do filho e filha, tal como podemos compreender pelas transcrições associadas às subcategorias:

Conjugalidade: *“Eu penso que os filhos vêm testar a relação, nós conseguimos ultrapassar isso penso que a relação fica mais sólida, pronto e penso que no nosso caso foi das questões que mais nos pôs à prova”*

Vínculo emocional: *“Os miúdos dizem com orgulho que são filhos de duas mães, o P também diz que é adotado a toda a gente. Encara isso muito bem”*

Comunicação: *“Nós falamos muito, muito. As decisões que se tomam são sempre muito bem discutidas, muito bem conversadas e somos muito conscientes, nunca damos o passo maior do que a perna.”*

Desafios da parentalidade: *“Independentemente da idade que tenha há sempre aquele sentimento de abandono, por isso eu acho que é preciso o casal estar mais estável, ainda mais que estaria se fosse um filho biológico, prepararem-se para uma viagem e não desesperar no início”*

Gestão das responsabilidades parentais: *“Isto é dividido um bocado ao ano letivo, da forma que dá mais jeito, uma leva a outra traz, uma vai levar às atividades. Eu como tenho tardes livres e eles ainda estão na escola, aproveito para ir às compras, essas coisas. É completamente dividido. É, umas vezes uma leva às atividades e a outra vai buscar. É tudo muito partilhado, é mesmo.”*

Por sua vez, a categoria da educação e socialização compreende as referências à assunção do papel parental ou parentalidade propriamente dita. As subcategorias vinculação com a criança, atividades em família, valorização da criança densificam o exercício da parentalidade positiva e de modelos educativos centrados na criança, no seu desenvolvimento e bem-estar, como descrito no quadro nº 2 e observado nas seguintes transcrições por subcategoria:

Vinculação com a criança: *“A força é que eles vêm que nós trabalhamos e falamos com eles e comunicamos. Não há assim segredos, tirando aqueles que tem de haver, mas com os miúdos, tudo adaptado á idade deles sabem tudo.”*

Atividades em família: *“Nós fazemos muito isso, vamos os 4, eu tenho muitas coisas fora como sou pianista e normalmente tentamos que venha toda a gente comigo, esperam um bocado e depois fazemos sempre alguma coisa todos juntos, temos muito essa sensação de família e é bom.”*

Valorização da criança: *“Tem muito bom coração é um miúdo que eu notasse que é para toda a gente. É muito trabalhador e já tem 8 anos, isto já foi há 6 anos.”; “Tem coisas fantásticas, é um pianista extraordinário e lá está, logicamente não sendo meu, eu comecei a ensiná-lo, ele é assim mesmo uma coisa fora de série e adora música. (...)”*

4.3. Rede de Apoio Social

O quadro nº 3 reporta à dimensão social e comunitária, fazendo especificamente menção à rede de suporte e às funções da rede social.

O tema da rede de apoio capta a dimensão do suporte social, mas espelha também a importância que assumem os processos de procura de apoio e, o seu inverso, a família como objeto desse apoio.

A dimensão do suporte é fundamental ao fortalecimento da parentalidade, expressando a ideia de que educar não pode ser visto como uma tarefa solitária ou exclusiva dos pais e das mães. Se é importante os pais e/ou mães rodearem-se de ajudas e entenderam a importância de se apoiarem e alargarem a rede de apoios dentro e fora da família, a começar pelo reforço do apoio entre os/as cônjuges e da sua competência para cooperarem, o apoio dos/as avôs e avós e restante família, amigos/as, vizinhos/as e pelas instituições competentes no plano da saúde, educação, social e comunitário.

Estes aspetos são considerados nas categorias da família extensa e relação com a comunidade e respetivas subcategorias apoios informais, relação e participação na escola, sentimento de pertença e apoio dos serviços e profissionais, acima apontados no quadro nº 3 e representado nas seguintes transcrições:

Apoios informais: *“São os pais da A, sem dúvida. Também temos aqui uma vizinha que é impecável, ajudamo-nos muito, ela também tem dois filhos, sempre que é necessário, às vezes uma saída rápida, deixar os miúdos lá, mas é muito os pais da A principalmente.”*

Relação e participação na escola: *“Nunca tivemos, nós não sentimos que haja qualquer tipo de preconceito aliás nós aqui na vila, eu sou a coordenadora do centro escolar, todos me respeitam, têm consideração pelo trabalho, para já não vemos assim nada pelo menos na nossa frente.”*

Sentimento de pertença: *“Eu nunca imaginei [ser reconhecida como um exemplo], nunca tínhamos falado nisso, só naquela situação é que falamos porque sentia que eles estavam mais á vontade, como estávamos ali todos e por isso é que é importante uma pessoa estar fora do armário.”; “Nós que vemos agora os miúdos a crescer num ambiente mais aberto, e é importante que mesmo apesar de tudo tenham referências que é possível, que é possível ser-se normal mesmo não sendo hetero, não indo pela normativa hetero, é possível ter-se uma vida perfeitamente normal, aborrecida. Uma família normal e temos de encaixar, acho que é ver o futuro, penso que é importante para eles, para mim teria sido certamente.”*

Apoio dos serviços e profissionais: *“Não, foi uma decisão nossa, foi tudo muito nosso, uma luta muito nossa. A segurança social acompanhou antes da adoção se efetivar, fez aquele acompanhamento normal que faz, a avaliação psicológica, vieram a casa ver as condições, mas não houve outro tipo de acompanhamento.”; Não tivemos qualquer tipo de apoio, dá a sensação de que a criança é entregue à família e acabou, está entregue. Tudo bem que com os filhos biológicos também é assim, o P precisou de acompanhamento psicológico, tudo o que ele precisa nós estamos lá.”; “Sentimos que há essa falha, compreendemos, não há pessoal. A equipa foi impecável, só que notasse que há... não sei, não deve haver pessoal, não há acompanhamento, não é possível, mas faz falta, fazia muita falta.”*

5. Discussão de resultados

Nesta etapa da investigação é o momento de analisar de forma pormenorizada os dados recolhidos e anteriormente aclarados da entrevista com a família à luz das referências recolhidas na literatura científica.

Com base no tema “A família homoparental” conhecemos a forma como a família se sente enquanto parte integrante da comunidade e enquanto família homoparental. Ao longo da entrevista, mais concretamente, nas questões iniciais, questionou-se a família relativamente à sua identificação enquanto casal e família. Verificando as respostas dada pela família, principalmente nas unidades de significado referentes às subcategorias de diversidade familiar e aceitação, a realidade da família remete para a normalidade sentida e pelo facto de não identificarem diferenças quando comparadas com outras famílias, enfatizando ainda o facto de todos/as os/as amigos, amigas e familiares, assim como o filho e filha conhecerem a orientação sexual de ambas. *“Nem nunca nós lhe dissemos, aos nossos filhos “vocês não digam que têm duas mães” não, é tudo natural, acho que é o melhor caminho”*

Um dos pontos por diversas vezes destacado ao longo dos estudos analisados foca-se na realidade das crianças, mais concretamente na influência negativa que as crianças poderão sentir no convívio e estabelecimento de relações com os pares pelo facto de pertencerem a uma família homoparental. No entanto, e pelo testemunho da família, as crianças encontram-se muito bem integradas e o facto de pertencerem a uma família homoparental acaba por passar despercebido, uma vez que, e como refere a mãe, cada vez mais a diversidade familiar é maior e com isso também é maior a aceitação por parte da comunidade para as diferentes tipologias familiares. *“Nós vemos que as famílias são cada vez mais diversas, na turma do P, há muitos pais separados, depois há os pais que casam e a mãe que casa e depois há os meios-irmãos. Há muitas situações, e esta é mais uma. Por enquanto não temos tido problemas, eles estão muito vigiados também.”*

Tal ponto é abordado por Battelen et al. (2019) onde referem que alguns estudos evidenciam que as crianças de famílias homoparentais possui uma taxa mais elevada comparativamente a crianças de famílias heterossexuais relativamente a provocações pelos pares pela sua estrutura familiar, no entanto, e apesar da possibilidade de existir essas experiências negativas, as crianças relatam sentimentos positivos sobre as suas famílias, demonstrando ainda característica de gestão do estigma.

Ainda na subcategoria da homoparentalidade, foi possível conhecer na primeira pessoa os processos de assumir a homossexualidade e as consequências sentidas ao nível familiar.

Na perspectiva do casal foi possível conhecer duas realidades distintas do processo de assumir a homossexualidade à família e conseqüentemente as alterações ao nível do relacionamento e vínculo existente. Numa das perspectivas, o assumir da homossexualidade decorreu com algumas dúvidas, mas sem grandes alterações no relacionamento, por outro lado, a realidade do outro elemento do casal foi diferente. O assumir da sexualidade refletiu-se numa alteração da relação afetiva com a família. Bussolo e Costa (2022) com base numa análise bibliográfica, refletem acerca das possíveis reações familiares ao “sair do armário” de um filho e/ou filha, referindo que as preocupações e frustrações associadas à homossexualidade relacionam-se com as expectativas e planos que tinham para a vida do filho ou da filha e possíveis dificuldades que podem ter devido à sexualidade:

Quando há a manifestação da homossexualidade por um filho, não é raro ocorrer uma fissura na dinâmica da família; a revelação da orientação sexual comumente vem acompanhada de tensões capazes de romper os vínculos presentes em sua estrutura, uma vez que a rejeição costuma, em princípio, marcar a interação entre aquele que se assume e seus familiares. (p.221)

Os discursos que proliferavam acerca dos casais homossexuais remetiam para a impossibilidade de constituírem uma família, não só pelos entraves ao nível da lei que persistiram até 2016, como também por esses mesmo discursos que consideravam os casais homossexuais como incapazes de criar e educar uma criança. Em linha com estudos anteriores que apontam para o preconceito social contra a homoparentalidade (Brodzinsky & Pertman, 2012; Messina & D’Amore, 2018), Gato et al. (2020) acrescentam que esta conclusão é objeto de referência em agências políticas, destacando que

“Lesbian women and gay men face many obstacles in their journey to parenthood, including when seeking to establish or expand a family through adoption. One such obstacle relates to the social prejudice expressed against LGBT (lesbian, gay, bisexual,

and transgender) persons (European Union, 2019), particularly when evidenced in health, educational, and social services. (p. 1)

Estes discursos moldavam-se no pensamento das pessoas em geral, criando angústia para as pessoas homossexuais que sonhavam um dia ter uma família. Como conta uma das mães, durante muito tempo sofreu com a possibilidade de não poder constituir uma família, medo que mais tarde percebeu ser em vão. *“O que me assustava na altura era não poder ter uma família e “o que vais ser de mim, vou ser infeliz” e depois comecei a perceber que é possível, é possível ter uma família, uma vida perfeitamente normal e muitas vezes há suicídios, depressões e podemos evitar essas coisas.”*

No seguimento da categoria “Processos filiativos”, a família passou tanto por um processo de adoção como também por um processo de procriação medicamente assistida e destacaram aqueles que foram as inseguranças e dificuldades sentidas no decorrer destes processos.

O primeiro tópico abordado foi a saúde, embora considerem que este receio se reflete em qualquer tipologia familiar, a dificuldade destacada pelo casal remete para o acompanhamento ao nível do processo de adoção, tanto no seu decorrer como também após a adoção. É apontado pelo casal a lacuna do acompanhamento da família, referindo que o processo de adoção é desgastante e seria essencial que os serviços fizessem um acompanhamento mais próximo às famílias adotantes, não só por forma a conhecer a integração e possíveis dificuldades como também, a realização de um acompanhamento psicológico, tanto à família como à criança adotada. *“Sentimos que há essa falha, compreendemos, não há pessoal. A equipa foi impecável, só que notasse que há... não sei, não deve haver pessoal, não há acompanhamento, não é possível, mas faz falta, fazia muita falta.”*

Fazendo eco do discurso da família, pode referir-se que esta falha é objeto de notícias com grande impacto social. Por exemplo, em 2022, são divulgadas algumas conclusões do projeto Adopt numa notícia do Jornal de Notícias, dando conta da importância em compreender e dar resposta no momento pós-adoção e, pela voz das investigadoras Joana Soares e Maria Barbosa Ducharne, se conclui que existe efetivamente uma lacuna no acompanhamento após a adoção, frisando a primeira a falta de serviços com pessoas especializadas na área da adoção, como psicólogos,

psiquiatras ou mesmo médicos, o que, segundo a investigadora, seriam garantia de melhores relações nas famílias a partir da existência de uma rede efetiva pós-adoção.

No tema “Parentalidade e coparentalidade” foi possível conhecer o ajustamento do casal à parentalidade, a família nas dinâmicas do dia a dia, em casal e com o filho e filha, compreendendo também, por intermediário das mães, a perspectiva do filho e filha relativamente à família.

Guimarães et al. (2013) referem que

O ambiente familiar e suas relações constituem a base para promover o desenvolvimento afetivo-social e cognitivo da criança. Assim, a família pode atuar como estimuladora e protetora desse processo ao fornecer experiências variadas e de qualidade e ao proporcionar a interação com adultos e crianças. (p.453)

Esta categoria vem ainda destacar a questão referente à integração e normalização da homoparentalidade. O discurso principalmente do filho do casal, que se destaca por ser mais velho, demonstra não só a naturalidade com que relata o facto de ser adotado, mas também relativamente à composição da sua família, não demonstrando por isso qualquer desconforto com essa partilha.

“(...) eu acho que é preciso o casal estar mais estável ainda do que estaria se fosse um filho biológico, prepararem-se para uma viagem e não desesperar no início”

A parentalidade é apresentada pela família como um desafio, não só pelos processos que tiveram de passar para serem mães das duas crianças, mas pelo facto de ser uma mudança enorme para o casal, tal como reforçado por Temperini (2018, p.126) “A construção da parentalidade adotiva implica em um processo adaptativo entre todos os sujeitos envolvidos nesse processo; afinal, a elaboração psíquica requerida acerca da idealização desse filho versus a realidade, traz consigo inúmeros desafios.”

A relação afetiva do casal constituiu-se como a base que permitiu a estabilidade familiar que possuem atualmente, quando questionadas acerca de possíveis conselhos para casais que estivessem a ponderar a adoção ou a procriação medicamente assistida, as principais conclusões retiradas do discurso da família remetem para a necessidade de compreender a dinâmica

enquanto casal, reflexão acerca das responsabilidades parentais e diversos desafios associados muitas vezes à adoção. *“Eu penso que os filhos vêm testar a relação, nós conseguimos ultrapassar isso, penso que a relação fica mais sólida, e penso que no nosso caso foi das questões que mais nos pôs à prova, foi principalmente com o P, que foi o menino da adoção, ele colocou-nos os momentos mais tensos que nós tivemos em família”*

Peplau e Fingerhut (2007) explicam de uma forma simplificada a resiliência da família na adaptação à parentalidade, referindo que “Given the obstacles to parenthood faced by self-identified gay men and lesbians, there is a high likelihood that their children are strongly desired and planned.” (p. 414)

Particularmente, na família entrevistada, as características que melhor explicam os resultados observados passam pela comunicação, muito referida no que concerne à tomada de decisão em casal e a comunicação aberta e transparente com o filho e filha. Nesse mesmo sentido, e reforçando ainda as conclusões relativas à integração das crianças, Costa et al. (2012) mencionam que situações como bullying ou estigmatização pelo género dos pais e/ou mães podem ser amenizados por fatores protetores presentes na família, como a qualidade da relação parental, a comunicação aberta e o contacto com outras famílias semelhantes.

A subcategoria “Vínculo emocional” reflete um dos pontos com maior destaque no discurso da família e vem também reforçar as conclusões anteriormente referidas no que se refere à integração e envolvimento da família em interações familiares e interpessoais. Destaco relatos como *“Os miúdos dizem com orgulho que são filhos de duas mães, o P também diz que é adotado a toda a gente. Encara isso muito bem”* e *“Às vezes quando estamos por exemplo aqui em casa, o pessoal vem para aqui passar férias e ele conhece amigos novos e famílias novas e às vezes as pessoas perguntam “os teus pais, quem são?” e ele já o ouvi dizer “eu não tenho pai, eu tenho duas mães”, mas ele diz aquilo com uma naturalidade, é o normal”*

Focado na necessidade de conhecer a gestão das responsabilidades parentais, questionou-se a família relativamente à organização das tarefas diárias enquanto casal homossexual. “Para melhor se perceber a homoparentalidade é pois fundamental desmontar este conceito de família assente numa forte distinção de género e a partir daí perceber se ainda sobram motivos para que se receie a sua proliferação.” (Moz, 2006, p.8).

A conclusão retirada do discurso das mães centra-se na igualdade de distribuição da responsabilidade, tendo em consideração aquilo que são as responsabilidades de cada uma profissionalmente. Nesse mesmo seguimento, Diamond (2006) refere que, embora os estereótipos tenham designado historicamente os papéis de género, presumindo que um membro do casal assumiria o papel “feminino” e o outro elemento o papel “masculino”, os casais de gays e lésbicas destacam-se pelo facto de valorizarem e sucederem na equidade nas relações. É também do entender de Diamond (2006) “With respect to household responsibilities, research indicates that same-sex couples develop largely idiosyncratic arrangements, allowing their respective interests and desires to shape daily practice” (p. 300).

Na categoria da educação e socialização, foram identificadas no discurso da família, três subcategorias que abrangem a relação entre as mães e as crianças: A vinculação das mães com as crianças, as atividades em família e a valorização das crianças.

De uma forma geral, a família reconhece a importância da abertura e comunicação para o desenvolvimento das crianças e fortalecimento das relações. - *“Não há assim segredos, tirando aqueles que tem de haver, mas com os miúdos, tudo adaptado á idade deles sabem tudo.”* De forma adequada à idade, as mães consideram essencial que as crianças tenham a oportunidade de ver esclarecidas as suas dúvidas, nomeadamente dúvidas que possam surgir acerca da adoção ou da procriação medicamente assistida.

Brodzinsky (2006) destaca a importância dos pais e mães manterem uma comunicação aberta relativamente a questões relacionadas com a adoção uma vez que contribui para um melhor desenvolvimento da criança ao nível da autoestima e dos problemas de comportamento.

Independentemente das rotinas e compromissos, as mães reconhecem que as atividades em família são uma mais-valia para as relações familiares. *“(...) fazemos sempre alguma coisa todos juntos, temos muito essa sensação de família e é bom.”* Delgado et al. (2019) expressam a forte influência que a família e o contexto familiar têm nas crianças. No seu entender a família constitui-se como o núcleo mais importante para a vida das crianças, para o seu desenvolvimento e qualidade de vida. A existência de relações afetivas positivas entre os pais e mães com as crianças contribui para que as crianças tenham uma visão mais positiva sobre si.

A valorização da criança identifica-se no discurso das mães quando o assunto remete para a identificação dos pontos fortes das crianças, nomeadamente o facto do filho mais velho, independentemente das dificuldades ao nível escolar, ser uma criança muito trabalhadora. Também ao nível das artes, é destacado pelas mães a importância da música na vida do filho mais velho, que como destacado pela mãe, não sendo filho biológico, herdou da mãe o gosto e talento enquanto pianista. – *“É engraçado vê-lo e ver-me nele, não é, e não havendo aquela questão que as vezes pensasse que é genético, o rapaz é uma coisa fantástica.”*

Por fim, com o tema “Rede de apoio social” procurou-se conhecer a rede de suporte da família e a relação com a comunidade. Inserido na relação com a comunidade, a investigação passou por compreender a relação e participação existente entre as mães e a escola e por fim, a subcategoria “sentimento de pertença” focou-se no testemunho da família relativamente à influência positiva do casal nas demais pessoas homossexuais.

A sensação de pertença e não discriminação são fatores determinantes para uma melhor envolvimento e participação na comunidade. Neste campo temático a opinião das mães foi unânime, a integração das crianças, como referido na unidade de significado é saudável *“São convidados para festas de anos, estão muito bem integrados.”*

É descrito pelas mães que as crianças não são estigmatizadas por terem duas mães, fazendo destaque para o relacionamento com os pares mesmo fora do recinto escolar, considerando por isso que as crianças se encontram bem integradas no meio escolar e com os pares. Moleiro e Delgado (2013) referem que, com base em estudos que analisam as percepções de professores/as, pais e mães e crianças, as crianças filhas de pais ou mães homossexuais não são mais sujeitas a bullying do que outras crianças filhas de casais heterossexuais e referem ainda a não existência de diferenças significativas relativamente às competências sociais.

No que respeita à integração na comunidade envolvente e vizinhança, é contado pela família que, em momento algum sentiram qualquer tipo de preconceito. Existem relações interpessoais com maior significado pelo tempo que perduram, comparativamente a outras que são mais recentes, sendo apenas essa a diferença apresentada para as diferentes interações vivenciadas com a comunidade. O facto de serem uma família homoparental não representou, até ao momento, qualquer entrave para a socialização da família.

Por fim, a família reconheceu a importância da normalização, de dar a conhecer a realidade das famílias homoparentais e que o desejo de constituir uma família enquanto pessoa homossexual é perfeitamente possível.

Acresce dizer que, a nível comunitário a parentalidade deverá ser hoje reconhecida como um capital social e relacional, um investimento e um recurso das sociedades e instrumento de coesão e bem-estar das sociedades. Um capital social se considerarmos que o investimento dos pais e/ou mães é enorme com dividendos muito positivos para a sociedade do futuro. A homoparentalidade representa a expressão consciente do direito dos pais e mães ao exercício da parentalidade e, por isso, é plausível considerar que o investimento na educação das crianças é garantia do potencial desenvolvimento da sociedade do futuro. Este investimento requer uma co-responsabilização de toda a sociedade para com as famílias na ajuda ao desenvolvimento saudável e bem-estar das crianças – a escola, os centros de saúde, os centros sociais devem apoiar as famílias, olhando a família como elemento essencial à coesão social e bem-estar social e ao desenvolvimento dos seus membros (Rodrigo et al., 2015). No caso das famílias homoparentais, o apoio comunitário às tarefas parentais será ainda uma excelente forma de diminuir a discriminação e estigma sociais, desde logo assegurando que todas as crianças tenham as mesmas condições de acesso e igualdade de oportunidade sem diferenciação pela tipologia familiar.

Concluo com uma transcrição da entrevista da família que reflete esse exato pensamento: *“Nós que vemos agora os miúdos a crescer num ambiente mais aberto, e é importante que mesmo apesar de tudo tenham referências que é possível, que é possível ser-se normal mesmo não sendo hetero, não indo pela normativa hetero, é possível ter-se uma vida perfeitamente normal, aborrecida. Uma família normal e temos de encaixar, acho que é ver o futuro, penso que é importante para eles, para mim teria sido certamente.”*

6. Conclusão

Terminada a discussão de resultados que tinha como objetivo a análise dos dados que recolhemos junto da família, foi possível explorar de forma crítica as questões inerentes ao estudo ressaltando as particularidades e carácter inovador da informação sem, no entanto, mitigar as dificuldades sentidas no momento da recolha de dados.

O objetivo do estudo pretendia conhecer as dinâmicas familiares de uma família homoparental filhos e/ou filhas, explorando a relação do casal, o relacionamento entre as mães e as crianças, e envolvência com a família extensa e comunidade. Um ponto fulcral do estudo passava pela compreensão dos processos de adoção e procriação medicamente assistida, ambos processos que a família vivenciou e se constituiu como um acréscimo ao estudo, colmatando de certa forma o facto da investigação contar apenas com o testemunho de uma família. O destaque nos processos vividos pela família adveio da importância e desejo demonstrado por ambas de serem mães e, dadas as dificuldades sentidas no início da jornada da parentalidade, constituiu-se como um tema de maior relevância para a família, não só pela resiliência demonstrada, mas também pelo carácter de inspiração.

De uma forma geral, a família reconhece que a vivência das pessoas homossexuais sofreu alterações com o passar dos anos, marcado pelas alterações sociais e legislativas. Os discursos de apoio e visibilidade da homossexualidade contribuíram uma melhor aceitação e consequentemente uma maior aceitação das famílias homoparentais.

O testemunho dado pela família sobre a sua experiência enquanto família homoparental debruçou-se essencialmente no facto de considerarem não existirem diferenças significativas comparativamente a uma família heterossexual, relatando uma boa convivência com a comunidade envolvente e escolar, assim como no que concerne às crianças, não sendo relatado pelas mães qualquer situação de discriminação ou estigma face à tipologia familiar.

A comunicação, transparência e resiliência são apontados como características e pontos fortes que definem a família e que permitem não só o saudável desenvolvimento das crianças, mas também equilíbrio familiar e do casal.

Em jeito de conclusão, na entrevista foi refletido pela família a necessidade da visibilidade LGBTQIA+, mais concretamente a necessidade de dar a conhecer aos/às mais jovens experiências positivas da homossexualidade e da homoparentalidade. Este ponto é referido pela família como

um ponto-chave para o futuro desenvolvimento e socialização de jovens em processo de “sair do armário”.

Inicialmente, a investigação pretendia abranger um maior leque de famílias, podendo dessa forma, com a recolha de mais testemunhos, proceder à comparação das experiências familiares. Embora o estudo tenha sido divulgado junto de associações/grupos que apoiam famílias homoparentais e pessoas LGBTQIA+, das respostas obtidas foi possível observar que, com o crescente número de investigações na área, a disponibilidade para participar das famílias tende a diminuir. Por outro lado, também se constatou que devido ainda às dificuldades e desafios que as famílias homoparentais enfrentam diariamente, existe ainda receio no que toca à partilha de experiências.

7. Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2000). *(des) Equilíbrios familiares. Uma visão sistémica*. Quarteto Editora.
- Barros, A. (2017). Procriação Medicamente Assistida: Novos direitos, novos desafios. In L. Neto & R. T. Pedro (Eds.), *Debatendo a Procriação Medicamente Assistida* (pp. 7-8). FDUP. https://cij.up.pt/client/files/0000000001/ebook-pma-2018_550.pdf
- Alves, Z. M. M. B. & Silva, M. H. G. F. D. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia*, 2, 61–69. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>
- Bardin, L. (1977) *Análise de conteúdo*. Edições 70
- Bimbi, B. (2020). *O Fim do Armário*. Sextante Editora.
- Blankenheim, T., Oliveira-Menegotto, L. M., & Silva, D. R. Q. (2018). *Homoparentalidade: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil* (pp. 243–249). <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5560>
- Brodzinsky, D. M. (2006). Family structural openness and communication openness as predictors in the adjustment of adopted children. *Adoption Quarterly*, 9(4), 1–18. doi:10.1300/J145v09n04_01
- Bussolo, D. & Costa, Z. (2022). O *coming out* de homossexuais e seus efeitos na família: revisão narrativa de literatura. *Revista Perspectiva: Ciência e Saúde*, 7(1), 210–226.
- Clarke, V. (2001). What about the children? Arguments against lesbian and gay parenting. *Women's Studies International Forum*, 24(5), 555–570. [https://doi.org/10.1016/S0277-5395\(01\)00193-5](https://doi.org/10.1016/S0277-5395(01)00193-5)
- Conselho Nacional para a Adoção. (2021). *Relatório Anual de Atividades 2021*.
- Costa, P., Pereira, H. & Leal, I. (2012). Homoparentalidade: O estado da investigação e a procura de normalização. *Psicologia*, 26(1), 55–69. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v26i1.262>
- Decreto-Lei nº400/82 de 23 de setembro (1982).1ª Série, Nº221 de 23 de setembro de 1982.
- Delgado, P. (2019). O estudo de caso na investigação qualitativa: do desenho à aplicação. *Revista InterAção*, 81–90. <https://doi.org/10.5902/2357797536617>
- Delgado, P., Oliveira, J., Carvalho, J. M. S., Correia, F., & Campos, P. (2019). O papel da família no bem-estar subjetivo das crianças. In *Libro de Comunicaciones Completas y Conclusiones del Congreso Internacional – XXXI Seminario Interuniversitario de Pedagogía Social: "Pedagogía social, investigación y familias"* (pp. 7-20) <http://hdl.handle.net/11328/3004>

- Diamond, L. M. (2006). The Intimate Same-Sex Relationships of Sexual Minorities. In *The Cambridge Handbook of Personal Relationships* (pp. 293–312). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511606632.017>
- Dias, M. (2010). *Família ou famílias?* <https://berenedias.com.br/familia-ou-familias/>
- Dias, M. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica – o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139–156. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2011.140>
- Dourado, D., & Zandonadi, A. (2018). Adoção homoafetiva: um estudo sobre as representações sociais dos académicos de Direito e Psicologia. *Revista Farol* 7(7), 22–40. <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/145/119>
- esQuever. (2023). *Rainbow Map 2023: Apesar dos intensos ataques contra a população LGBTI+, a Europa avança na igualdade (mas Portugal perde Top10)*. <https://esquever.com/2023/05/11/rainbow-map-2023-apesar-dos-intensos-ataques-contra-a-populacao-lgbti-a-europa-avanca-na-igualdade-mas-portugal-perde-top10/>
- Guimarães, A., Carvalho, D., Machado, N., Baptista, R. & Lemos, S. (2013). Risco de atraso no desenvolvimento de crianças de dois a 24 meses e sua associação com a qualidade do estímulo familiar. *Revista Paulista de Pediatria*, 31(4), 452-458.
- Ferreira, E. (2006). Homoparentalidade: Que realidade(s)? In E. Ferreira (Ed.), *Actas do encontro sobre homoparentalidade* (pp. 61–66).
- PORDATA Base de Dados Portugal Contemporâneo. (2022). Casamentos: Quantos são os matrimónios entre pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo? <https://www.pordata.pt/Portugal/Casamentos+entre+peoas+do+sexo+oposto+total+e+por+forma+de+celebra%C3%A7%C3%A3o-1933>
- Gato, J. (2014). *Homoparentalidades: Perspetivas Psicológicas*. Edições Almedina.
- Gato, J. & Fontaine, A. M. (2011). Impacto da orientação sexual e do género na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Revista Ex-Aequo*, 23, 83-89.
- Gato, J., Rangel Henriques, M., & Leal, D. (2020). Adoption by Lesbian Women and Gay Men: Perceived Challenges and Training Needs for Professionals in Portugal. *Adoption Quarterly*, 24(2), 152–175. <https://doi.org/10.1080/10926755.2020.1834044>

- Gouveia, R. & Moser, L. (2019). Atitudes sociais face à homossexualidade em Portugal e no Brasil no virar do século XXI. *Research Brief 2019*. Observatório das Famílias e das Políticas de Família. / [Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa]
- Guimarães, A. P. (2017). Procriação medicamente assistida e homossexualidade na lei e na imprensa portuguesa. In A. M. Ortega Pérez, & V. García Prieto (Coords.), *Voces alternativas: Investigación multidisciplinar en comunicación y cultura* (pp. 142-156). Sevilla: Ediciones Egregius. <http://hdl.handle.net/11328/2109>
- Kuppens, S., & Ceulemans, E. (2019). Parenting Styles: A Closer Look at a Well-Known Concept. *Journal of Child and Family Studies*, 28(1), 168–181. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1242-x>
- Lei constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto (2005) Diário da República, 1.ª série-A, N.º 155 de 11 de agosto de 2005.
- Lei n.º 2/2016 de 29 de fevereiro (2016). Diário da República, 1.ª série, N.º 41, 29 de fevereiro de 2016.
- Lei n.º 7/2001 de 11 de maio (2001). Diário da república, 1ª Série-A, N.º109 de 11 de maio de 2001
- Lei n.º 9/2010 de 31 de maio (2010). Diário da República, 1.ª série, N.º 105, 31 de maio de 2010
- Lei n.º 17/2016, de 20 de junho (2016) Diário da República, 1.ª série, N.º 116, 20 de junho de 2016.
- Lei 32/2006 de 26 de julho (2006). Diário da República n.º 143/2006, Série I de 26 de julho de 2006
- Lei n.º 90/2021, de 16 de dezembro (2021). Diário da República, 1.ª série, n.º 242 de 16 de dezembro de 2021
- Machado, D. (2023, março, 1). Em sete anos de lei, houve pelo menos 28 adoções gay. *Jornal de Notícias*. https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=73197
- Manzini, E.J. (2004). Entrevista Semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros. In *Anais do II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos*, 1, 01-10. <https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/entrevista-semi-estruturada-analise-de-objetivos-e-roteiro/>
- Martins, M. (2014). Resiliência Familiar - Revisão Teórica, conceitos emergentes e principais desafios. doi:10.13140/2.1.4365.8245

- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 21, 150–182. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>
- Moleiro, C. & Delgado, A. (2013). Da Invisibilidade à investigação: Contributos da psicologia sobre as famílias homoparentais. In Atas da conferência *Famílias no plural: alargar o conceito, largar o preconceito* (85- 98). Ilga Portugal. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11738/5/Pais%2C%20m%C3%A3es%20e%20filhos_construir%20fam%C3%ADlias%20na%20pluralidade.pdf
- Moz, M. (2006). *Diferenças de gênero e famílias homoparentais*. Retirado em 12 de Agosto de 2023, de <http://ilgaportugal.pt/ficheiros/pdfs/MozMargarida.pdf>
- Nunes, M. (2022). A procriação medicamente assistida: a evolução histórico-legislativa. O anonimato do dador vs. A identidade da criança concebida com recurso à procriação medicamente assistida. *Revista Jurídica Luso-Brasileira, Ano 8 (2022), N.º 2*, 1209–1235.
- Peplau, L. A., & Fingerhut, A. W. (2007). The Close Relationships of Lesbians and Gay Men. *Annual Review of Psychology*, 58(1), 405–424. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.58.110405.085701>
- Pontes, M. F., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2017). Homoparentalidade feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar. *Psicologia USP*, 28(2), 276–286. <https://doi.org/10.1590/0103-656420150175>
- Projeto de lei nº278/XII. (2012). Consagra a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e procede à 23.ª alteração ao Código do Registo Civil
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Martín, J. C., Byrne, S., & Rodríguez, B. (2015). Manual práctico de parentalidad positiva. Editorial Sintesis.
- Rodriguez, B. C. & Gomes, I. C. (2012). Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. *Boletim de Psicologia*, 62(136), 29-36.
- Rodriguez, B. C., & Souza Campos Paiva, M. L. (2009). Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. *Vínculo - Revista do NESME*, 6(1), 13-27.
- Rosa, E. B. P. R. (2020). Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos PET-Filosofia*, 18(2).
- Temperini, C. A. T. (2018). *Famílias camaleão: adaptações, mudanças e desafios da homoparentalidade*. [Doctoral dissertation, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo] Repositório PUCSP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20976>

- Toorn, J., Pliskin, R., & Morgenroth, T. (2020). Not quite over the rainbow: the unrelenting and insidious nature of heteronormative ideology. *Current Opinion in Behavioral Sciences*, 34, 160–165. <https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2020.03.001>
- Ventura, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista SoCERJ*, 20(5), 383-386.
- Viana, F., Leite, C., Torres, C., Martins, V., Barbosa, G., Diniz, J., & Ramos, F. (2022). Compreensões e repercussões sob o prisma da homoparentalidade adotiva: uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Casos e Consultoria*, 13(1), e29319.
- Walsh, F. (1996). The Concept of Family Resilience: Crisis and Challenge. *Family Process*, 35(3), 261–281. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1996.00261.x>
- Walsh, F. (2003). Family resilience: A framework for clinical practice. *Family Process*, 42 (1), 1-18. doi: 10.1111/j.1545-5300.2003.00001.x.
- Walsh, F. (2012). Family resilience: Strengths forged through adversity. In F. Walsh (Ed.), *Normal family processes: Growing diversity and complexity* (pp. 399–427). The Guilford Press.
- Battalen, A. W., Farr, R. H., Brodzinsky, D. M., & McRoy, R. G. (2019). Socializing Children About Family Structure: Perspectives of Lesbian and Gay Adoptive Parents. *Journal of GLBT Family Studies*, 15(3), 235–255. <https://doi.org/10.1080/1550428X.2018.1465875>
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia Em Estudo*, 8(spe), 75–84. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300010>
- Zhang, Y., Huang, H., Wang, M., Zhu, J., Tan, S., Tian, W., Mo, J., Jiang, L., Mo, J., Pan, W., & Ning, C. (2023). Family outcome disparities between sexual minority and heterosexual families: a systematic review and meta-analysis. *BMJ Global Health*, 8(3). <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2022-010556>

8. Anexos

Guião de entrevista

Introdução

Desde já agradecer o facto de terem aceitado participar no meu estudo.

O meu nome é Daniela Lima, sou assistente social e aluna do 2º ano do Mestrado em Estudos da Criança, especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias na Universidade do Minho.

A realização desta entrevista irá possibilitar-me a elaboração do estudo da minha dissertação relativa à perceção, sentimentos e vivências enquanto família, incluindo questões acerca da relação pais ou mães- filhos/filhas; educação e valores. Procuro também abordar outras questões com o casal, nomeadamente o tema do estigma de que poderão ser objeto por parte da comunidade ou, se pelo contrário, com o passar dos anos notam maior aceitação da homoparentalidade.

Destaco que a participação na entrevista escrita ou oral é voluntária e ao responderem ao convite concordam em dar o vosso consentimento informado. Acrescento que, como investigadora, respeitarei a confidencialidade dos dados e asseguro que todos os dados recolhidos no decorrer da entrevista serão registados, mas destruídos após a realização do estudo. Além de que todas as informações recolhidas serão utilizadas unicamente no âmbito do estudo e o acesso às mesmas será restrito a mim, enquanto investigadora, e á orientadora e ao orientador pelo tempo necessário á elaboração da minha dissertação de mestrado.

Aproveito para agradecer novamente a disponibilidade.

Protocolo da Entrevista

Dados sociodemográficos

No respeito pela individualidade, pedia ao casal que responda aos dados essenciais para os conhecer:

- 1) Os nomes por que querem ser tratados? _____
- 2) A vossa idade? _____
- 3) Quantos/as filhos e/ou filhas têm , as suas idades e o género?

Nº de filhos e/ou filhas _____

Idades _____; _____; _____; _____; _____

4) Estudos completos

Indique separadamente por elemento do casal

Nome _____

1º ciclo ___ 2º ciclo ___ 3ª ciclo _____ 10º ___ 11º ___ 12º ___ Licenciatura ou
equivalente ___ Mestrado ___ Doutoramento _____

Nome _____

1º ciclo ___ 2º ciclo ___ 3ª ciclo _____ 10º ___ 11º ___ 12º ___ Licenciatura ou
equivalente _____ Mestrado ___ Doutoramento _____

5) A profissão que exercem?

Nome _____

Nome _____

6) Local de residência?

Região do País _____

Identificação da família

- 1) Falando sobre a vossa família, como se veem?
- 2) E o que destacam da vossa relação conjugal?
- 3) A duração da relação traz-vos a perspetiva de terem passado por várias fases? Querem falar-me sobre elas?
- 4) Há quanto tempo se conhecem? Há quanto tempo vivem junto como casal?

Adoção/Procriação/Gestação de substituição

Sobre a vossa decisão de se tornarem pais/mães:

- 5) Como é que foi acontecendo o desejo e a decisão de ser pai/mãe?
Que questões vos surgiram quando começaram a falar em terem filhos?
- 6) Por que opção decidiram ter filhos?
Adoção ___ Procriação ___ Gestação de substituição _____
- 7) A quem recorreram?

- 8) De que acompanhamento beneficiaram
- 9) Que pessoas vos apoiaram mais até ao momento final da adoção/procriação/gestação de substituição?
- 10) Sentiram receios de maior relativos às novas responsabilidades e mudança nas vossas vidas?
- 11) Qual foi a perceção que tiveram das atitudes da família e dos/as amigos e/ou amigas e das demais pessoas com quem se relacionam socialmente?
- 12) Que autoavaliação fazem da adaptação ao novo papel como pais/mães
- 13) Têm algum conselho para um casal candidato à homoparentalidade?

Envolvência/Inclusão na comunidade

Sobre a envolvimento/inclusão da família com a comunidade.

- 14) Como avaliam o vosso envolvimento/inclusão na comunidade em que vivem?
- 15) Se avaliam ter dificuldades de inclusão, como se manifestam?
- 16) Têm a perceção de serem olhados/as como uma família diferente pelo facto de serem uma família homoparental?

Dinâmica familiar com os/as filhos e/ou filhas

Acerca da vossa dinâmica familiar e relação com os/as vossos/as filhos e/ou filhas.

- 17) Partilham responsabilidades, como se organizam?
- 18) Têm perceção de essa partilha ser diferente enquanto família homoparental por comparação com um casal heterossexual?
- 19) Têm perceção de que as outras pessoas fazem um juízo crítico das vossas competências parentais por serem um casal homossexual?
- 20) Têm perceção de terem respondido a desafios importantes como pais/mães? Falaram deles?
- 21) Têm perceção de, sendo uma família homoparental, a necessidade de proteger os/as filhos e/ou filhas é maior no vosso caso?
- 22) Alguma vez os/as vossos/as filhos e/ou filhas fizeram comparações com outras famílias heterossexuais? Que tipo de comparações fizeram?
- 23) Pensando na vossa família, o que consideram que vos torna mais fortes?

Redes de apoio da família

Acerca do apoio com que a família pode contar

- 24) Que tipo de apoio é mais importante para a família?
- 25) Quem vos apoia mais?
- 26) Caso possam necessitar, antecipam poder ser julgados/as se recorressem a algum serviço de apoio na comunidade?

Comunidade escolar

Sobre a vossa ligação à escola, creche ou jardim de infância.

- 27) Que avaliação fazem da vossa relação com os/as professores/as dos/as vossos/as filhos e/ou filhas?
- 28) E com os/as restantes pais e mães?
- 29) Tiveram alguma experiência de preconceito no meio escolar?
- 30) (Se sim) - Como geriram ou gerem esse problema?
- 31) Que perceção têm acerca da integração dos/as vossos/as filhos e/ou filhas na escola/jardim de infância?
- 32) Como avaliam a relação do seu filho ou filha com os/as professores/as e restantes crianças?
- 33) Consideram que as amizades dos/as vossos/as filhos e/ou filhas são condicionadas pelo facto de serem um casal homossexual?

Mais uma vez muito obrigada para participação e disponibilidade!

CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO

de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorrecto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Título do estudo: A Família e a Homoparentalidade: Um estudo de caso

Enquadramento: Este estudo insere-se no âmbito da preparação da tese de mestrado em Estudos da Criança que decorre no Instituto de Educação na Universidade do Minho, orientada pela Prof^a. Doutora Ana Almeida Tomás (Universidade do Minho) e coorientada pelo Prof. Doutor João Alves (Universidade do Minho). Irá centrar-se nas experiências familiares em famílias homoparentais, analisando as dinâmicas familiares com os/as filhos e/ou filhas e na relação conjugal.

Explicação do estudo: A amostra do estudo será constituída por casais homossexuais com filhos e/ou filhas. Os/As participantes serão convidados/as a participar de forma voluntária e o recrutamento será por indicação, considerando o “efeito bola de neve”.

Às famílias participantes serão disponibilizadas informações referentes ao estudo, como os objetivos e principais temas a abordar e ainda todos os documentos que salvaguardam a proteção de dados, confidencialidade e declaração de consentimento informado.

Após a aceitação por parte da família e assinatura do consentimento informado, será agendada uma data a realizar a entrevista online. Está previsto que a entrevista tenha a duração de cerca de uma hora, possibilitando a colocação de todas as questões previstas.

A entrevista será realizada de forma online e síncrona, através de uma plataforma de reuniões, possibilitando não só o cumprimento com o previsto (confidencialidade e proteção de dados) mas também dará a possibilidade de conforto às famílias, sendo possível realizar a entrevista sem sair de casa. Por questão de confidencialidade de imagem, as famílias serão instruídas a manter as camaras desligadas durante a entrevista por forma a garantir a total confidencialidade e anonimato.

O áudio da entrevista será gravado para futura transcrição dos dados, informação referida no folheto informativo. No decorrer do processo de transcrição de dados, os áudios serão armazenados e o acesso será possível apenas à investigadora, orientadora e orientador da investigação. Os áudios serão apenas mantidos em arquivo durante o processo de transcrição dos dados da entrevista, sendo destruídos após finalização da transcrição.

Condições e financiamento:

Destaco que a participação na entrevista escrita ou oral é voluntária e ao responderem ao convite concordam em dar o vosso consentimento informado. A entrevista será de aproximadamente uma hora, mas a qualquer momento podem decidir desistir da entrevista ou solicitar uma pausa. Caso experienciem sentimentos de tristeza, angustia, revolta, entre outros e seja necessária intervenção psicológica, esse apoio será assegurado pela orientadora e Psicóloga Ana Tomás, o orientador e Psiquiatra João Alves e por mim enquanto Assistente Social.

Informo que o estudo mereceu parecer favorável da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho]

Confidencialidade e anonimato:

A confidencialidade dos dados será assegurada e todos os dados recolhidos no decorrer da entrevista serão guardados e destruído após a sua transcrição. Todas as informações recolhidas serão utilizadas unicamente para realização do estudo e o seu acesso apenas será possível á investigadora, á orientadora e ao orientador.

Será solicitado às pessoas participantes o consentimento para que o áudio da entrevista seja gravado e guardado única e exclusivamente para possibilitar a posterior transcrição e assegurar a fidelidade dos dados recolhidos.

As informações resultantes da transcrição dos áudios serão armazenadas, com acesso restrito às pessoas anteriormente referidas, pelo tempo necessário á elaboração da tese de mestrado.

As pessoas participantes poderão a qualquer momento solicitar à investigadora a retirada do consentimento para o tratamento dos dados pessoais, assim como solicitar informações relativas ao tratamento dos dados ou retificação dos dados pessoais fornecidos. Para qualquer alteração ou informação adicional, as pessoas participantes poderão contactar a investigador por email ou contacto telefónico.

Caso pretenda notificar algum aspeto relativo à proteção dos seus dados, deverá fazê-lo, por escrito, dirigindo notificação ao Encarregado de Proteção de Dados da Universidade do Minho (protecaodados@uminho.pt).

Informações de contato da investigadora

Daniela Gonçalves Lima: daniela-lima-1@hotmail.com / 926571632

Assinatura: 

-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Nome:

Assinatura:

Data: /.....

**ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO DE 2 PÁGINAS E FEITO EM DUPLICADO:
UMA VIA PARA A INVESTIGADORA, OUTRA PARA A PESSOA QUE CONSENTE**



Universidade do Minho

Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH)

Identificação do documento: CEICSH 061/2023

Título do projeto: *A Família e a Homoparentalidade: Um Estudo de Caso*

Equipa de Investigação: Daniela Gonçalves Lima (IR), Mestrado em Estudos da Criança, Instituto de Educação, Universidade do Minho; Professora Dr.ª Ana Maria Tomás de Almeida (Orientadora), Instituto de Educação, Universidade do Minho; Professor Dr. João Alves da Silva Neto Medeiros (Coorientador), Instituto de Educação, Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho

PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *A Família e a Homoparentalidade: Um Estudo de Caso*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto nos termos apresentados no Formulário de Identificação e Caracterização do Projeto, que se anexa, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

O Presidente da CEICSH

Assinado por: EMANUEL PEDRO VIANA BARBAS DE ALBUQUERQUE
Num. de Identificação: 07080799
Data: 2023.08.04 17:20:12 +0100

Anexo: Formulário de identificação e caracterização do projeto